

## D. ANTÓNIO BARROSO (1854-1918): MISSIONÁRIO REFORMADOR

AMADEU GOMES DE ARAÚJO \*

*O missionário deve levar «em uma das mãos a Cruz, símbolo augusto da paz e da fraternidade dos povos, e na outra a enxada, símbolo do trabalho abençoado por Deus. Deve ser padre e artista, pai e mestre, doutor e homem da terra; deve tão depressa pôr a sua estola, (...) como empunhar a picareta para arrotear uma courela de terreno; deve tão depressa fazer uma homilia, como pensar a mão escangalhada pela explosão duma espingarda traiçoeira»<sup>1</sup>.*

Foi nesta linguagem expressiva que o Pe. António Barroso, ao regressar do Congo, esboçou a figura do missionário para a África do seu tempo. Nado e criado no minifúndio minhoto, entre o arado do pai e o tear materno, bordou em prosa este quadro primoroso, onde associa as reminiscências da infância à dura experiência de padre e de explorador do sertão africano.

O sonho e a paixão da vida de António José de Sousa Barroso eram a missionação, e para ela se preparou com esmero e afinco. É certo que a imagem que dele perdura na mente dos seus admiradores e devotos, é a do bispo que governou a diocese do Porto nas duas primeiras décadas do séc. XX, e

---

\* Licenciado em História, pela Universidade do Porto; Doutor em Ciência do Desporto, pela Universidade do Porto; Vice-presidente da Associação “Grupo de Amigos de D. António Barroso”.

<sup>1</sup> In Brásio, A., *D. António Barroso Missionário Cientista Missiólogo*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos: Lisboa, 1961, p. 143. Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, na sessão de 7 de Março de 1889, sobre “O Congo: seu passado, presente e futuro”.

mesmo em termos de bibliografia, o pouco que se escreve, normalmente aborda as relações difíceis com Afonso Costa, o seu envolvimento na guerra religiosa da primeira República, os seus exílios em Remelhe.

A fase de bispo do Porto foi, de facto, e por circunstâncias conhecidas, muito mediática, e parece também claro que a vida missionária em África ou no Oriente nunca tirou o sono aos media portugueses. Não obstante, a fase missionária de D. António, que iniciou aos 25 anos e que se prolongou por mais dezanove, entre 1880 e 1899, é, talvez, a mais interessante e, certamente, a mais inovadora, até por ter decorrido na pujança da vida. Foi um missionário inovador, tanto como seria, mais tarde, no Porto, um bispo lutador.

Era realmente dotado de um espírito reformador: «*É intenção minha reformar todos os serviços*», afirmou em Meliapor, em 1898, ano em que ali chegou <sup>2</sup>.

Aliou a acção à reflexão, foi missionário e missiólogo. O Pe. António Lourenço Farinha, que foi missionário em Moçambique e historiador, entende que D. António abordou a questão missionária como ninguém até então tinha feito, e refere-se-lhe como «o maior de todos os missionários modernos». O Cónego Alcântara Guerreiro, também missionário e historiador de Moçambique escreve que «o valor da sua obra reside no espírito reformador que a anima». António Enes, jornalista, escritor e político que não carece de apresentação, elogiou-o pelas suas reformas <sup>3</sup>. E o Pe. Brásio, que fez o levantamento dos relatórios e escritos diversos saídos da pena de D. António Barroso, bem como da mole de outros documentos que lhe dizem respeito, considera-o um autêntico mestre de missionários, um teorizador da acção missionária, um missiólogo. Esta faceta, menos estudada, porventura ignorada, é aquela em que D. António parece maior, mais original. Foi único entre os missionários do seu tempo, afirma ainda o Pe. Brásio, acrescentando que foi certamente dos melhores e maiores missiólogos do séc. XIX, pela forma como estudou e expôs os problemas básicos da evangelização de África.

---

<sup>2</sup> Apud Azevedo, C. A. M., António Barroso, bispo de Meliapor (1897-1899): construtor da unidade. *Lusitania Sacra*, 2ª Série, Tomo XVI, 2004, p. 399-410. Ofício ao Vigário de Raiporam, de 25/11/98.

<sup>3</sup> “O bispo de Himéria só consigo podia contar para a obra de reformação”, escreveu António Enes, no seu clássico relatório sobre Moçambique, estabelecendo um contraste entre o que observara antes e depois de D. António Barroso. Cf. Cunha, A., *Jornadas e outros trabalhos do missionário Barroso*. Agência Geral das Colónias: Lisboa, 1938, p. 163.

É ainda escassa a bibliografia sobre a acção missionária de D. António. Das principais biografias existentes, todas esgotadas no mercado, duas foram escritas por colaboradores próximos que, em diferentes fases, o secretariaram e que, talvez por isso, usaram um tom encomiástico. O Pe. Sebastião d'Oliveira Braz, seu colega no seminário de Cernache do Bonjardim, e, depois, seu secretário em África, e seu ecónomo na diocese do Porto, entendeu, em 1920, celebrar o 2º aniversário da morte de D. António Barroso, divulgando as grandes viagens apostólicas que este empreendeu, sobretudo em Moçambique, servindo-se de apontamentos registados à mão pelo próprio D. António. O jornalista portuense Amadeu Cunha, que ao longo dos anos trinta do séc.XX publicou diversos escritos sobre as campanhas de Mouzinho em Moçambique, elegeu António Barroso como um dos seus heróis de África e escreveu também sobre ele uma interessante biografia, que publicou em 1938. Tendo-se servido dos manuscritos de D. António, emprestados, segundo o próprio, pelo Pe. Sebastião Braz, pôs em relevo sobretudo as «*Jornadas e Outros Trabalhos do Missionário Barroso*», título que deu à obra.

Conhecem-se também os relatórios que escreveu sobre o Congo e, depois, sobre Moçambique, bem como alguma da sua correspondência, ofícios e cartas diversas, e a imprensa da época. Um elemento de muito interesse seriam os tais diários que D. António escreveu em pequenos cadernos que entretanto se perderam, mas que ainda foram consultados também pelo Cónego António Ferreira Pinto, que o secretariou no Porto, durante sete anos, e que lhe dedicou uma biografia, em 1931<sup>4</sup>.

Apesar de perdidos os originais das notas que registou em forma de diário, de algumas nos chegaram extractos, através dos três biógrafos que mencionámos, que a elas tiveram acesso.

---

<sup>4</sup> Escreve este autor, referindo-se à fase em que D. António trabalhou em Moçambique, que consultou “quatro volumes”. Serão quatro cadernos soltos. Os chamados “papéis” do prelado eram simples notas, redigidas em cadernos. “Redigidas ao correr da pena, pois simples apontamentos foram, nunca as reviu, ou porque não lhe sobejasse tempo para a tarefa ou não lhe atribuisse interêsse capaz de as fazer passar à letra de fôrma. Por sua morte, êsses autógrafos sofreram o dispersar das relíquias, e muitos deles vieram assim a perder-se”. “Não houve o cuidado devido em conservar as notas lançadas no seu diário pelo virtuoso prelado”. Cf. Cunha, A., *op. cit.*, p. 214.

## 1. As raízes, em Barcelos

D. António nasceu na freguesia de Remelhe, concelho de Barcelos, em 05 de Novembro de 1854.

O país acabava de passar por grandes transformações. No início do século, as invasões francesas, a fuga da família real para o Brasil e a abertura dos portos desta colónia a países estrangeiros, haviam arruinado as bases da economia portuguesa. No descalabro que então se gerou, bastantes sonhavam que, perdida a colónia brasileira, era ainda possível criar novos Brasis na África, mas alguns economistas e políticos achavam que era tempo de pôr os pés na terra e criar riqueza a partir da agricultura. Havia porém um problema de fundo: no mundo rural, particularmente no Minho, as pessoas viviam amarradas por laços feudais que impediam o progresso. O rei, os senhores das terras e o clero sobrecarregavam o povo com impostos, com rendas e com dízimos. O modo de produção agrícola era primitivo, porque os fidalgos, donos das terras, não tinham nem queriam ter conhecimentos de agricultura, e o povo não tinha nem conseguia ter instrução nem dinheiro para investir.

Foi neste mundo rural e sem perspectivas que o António José de Sousa Barroso nasceu. Os pais eram caseiros de poucas posses.

Cresceu na pobre mas aprazível aldeia de Remelhe, ouvindo histórias da Maria da Fonte, que, ali perto, fizera eclodir uma rebelião, pouco antes do seu nascimento, e alguns horrores, também frescos, sobre o “Mata-Frades”. Frequentou a escola primária em Góios, por não dispor de escola na sua terra. A nova burguesia que triunfara com a vitória dos liberais, reformou o ensino secundário e introduziu melhorias no ensino superior, cuidando dos seus próprios filhos, mas não cuidou de alargar o ensino primário, porque a falta da instrução básica era garantia de mão-de-obra barata nos campos. Muitas das escolas do ensino primário que então surgiram no país, deveram-se a beneméritos, muitos deles emigrantes no Brasil, que haviam percebido, pela sua experiência de vida, o poder libertador da instrução<sup>5</sup>.

Nos seus primeiros contactos com os livros, o António José terá começado a aperceber-se das transformações em curso no seu país. Os ideais libertadores do liberalismo, importados da Europa, haviam tomado terreno e chegado ao Baixo Minho.

---

<sup>5</sup> A escola primária da sua aldeia surgiria também, uns anos mais tarde, por iniciativa dum emigrante de Remelhe, no Brasil. O frontispício regista: «Escola fundada por Domingos Gomes Ferreira da Costa. 1894».

Desenvolvera-se em Portugal uma burguesia endinheirada, de comerciantes e pequenos industriais. Havia surgido novos proprietários agrícolas, senhores de vastos terrenos que antes eram da coroa e das ordens religiosas. Estas, acusadas de apoiar os reaccionários absolutistas, haviam sido expulsas e perdido as suas terras, a Igreja reduzira significativamente a sua influência e crescera um forte movimento anticlerical.

Foi neste contexto de grandes reformas na sociedade portuguesa, que o adolescente António José despertou para os estudos. Recebeu algumas lições de latim do fidalgo Bernardo Limpo da Fonseca, seu vizinho, que, apercebendo-se dos seus dotes intelectuais, o motivou para prosseguir os estudos, e aconselhou os pais a apoiá-lo. Seguiu para Braga, no ano lectivo de 1871-1872, já com 17 anos.

A intenção do António José, ao partir para a cidade dos arcebispos, era fazer os estudos preparatórios numa escola particular, para se poder candidatar aos respectivos exames no Liceu Nacional. O seu objectivo era seguir a carreira eclesiástica, mas, como naquela altura, os seminários não ensinavam os preparatórios, havia necessidade de os fazer no liceu, antes de iniciar os estudos eclesiásticos <sup>6</sup>.

No mundo rural do norte minhoto, o destino dum miúdo que sobressaísse na escola, por gostar mais dos livros que do sacho, era o seminário. Tudo isto custava dinheiro que, muitas vezes, não havia. Era assim que o pai do António José, uma vez por outra, largava a lavoura e a oficina de carpinteiro e atirava-se à estrada, agarrado à soga dum carro de vacas, com pequenos carretos de lenha, para amealhar algum <sup>7</sup>. Manter um filho a estudar em Braga, custava os olhos da cara. A vida das gentes do campo era negra.

---

<sup>6</sup> As condições de ingresso nos seminários tinham sido objecto dum decreto, em 26 de Agosto de 1859, publicado em 12 de Setembro do mesmo ano, o qual estipulava, no art.º 15º: «Um ano depois da publicação do presente Decreto, ninguém será admitido à matrícula do primeiro ano do curso teológico em qualquer dos Seminários do reino e ilhas, sem que junte certidão de aprovação em algum dos liceus públicos, nas seguintes disciplinas: instrução primária, latinidade, francês, oratória, história, filosofia racional e moral e elementos de direito natural, elementos de aritmética, álgebra e geometria».

<sup>7</sup> Ana Joaquina Senra, vizinha de infância de António José Barroso, um ano mais nova, contou, numa entrevista: «Um dia o pai foi a Braga levar um carro de lenha. Ao vê-lo, disse o António aos companheiros: O meu pai foi sempre assim de umas ideias... Tem uns bois na corte e vem com estas vaquitas...» A simpática velhinha, que contava 97 anos quando concedeu a entrevista, concluiu assim: É claro que o pai não tinha bois nenhuns, mas o rapaz não queria que os companheiros ficassem a julgá-los pobrezinhos... In *Diário do Norte*, 03/08/1951. Entrevista a Ana Joaquina Senra, pelo jornalista António Álvares da

O António José tinha-se matriculado na escola primária da freguesia vizinha de Góios, como se referiu, em 18 de Novembro de 1865, depois de haver completado os 11 anos. Frequentou-a até 31 de Agosto de 1868, «com muita aplicação e aproveitamento, sendo exemplar o seu comportamento»<sup>8</sup>. A certidão é passada pelo professor Domingos da Fonseca Martins, seu mestre em Góios. Trata-se, aliás, de um primo<sup>9</sup>. Não se diz, porém, nesta declaração, que ele tenha completado a instrução primária, naquela escola.

Além do exame de instrução primária, tinha muitos outros a fazer, por serem muitas as disciplinas do curso preparatório. Era dura a tarefa que tinha pela frente, antes de poder matricular-se no primeiro ano do curso teológico.

Com as explicações particulares que recebeu em Braga, na escola particular de José Valério Capela, em complemento das que havia iniciado em Remelhe, com Bernardo Limpo da Fonseca, matriculou-se nas disciplinas de Português (curso completo), Gramática Latina e Latinidade, no fim do ano lectivo de 1871-1872<sup>10</sup>.

Se conseguisse resultados positivos, manter-se-ia em Braga nos anos seguintes, preparando-se para as demais disciplinas, mas os resultados não corresponderam às expectativas. A certidão de habilitações emitida pela actual Escola Secundária Sá de Miranda, depositária do arquivo do Liceu Nacional de Braga, é do seguinte teor: «Fez nesta Escola, no ano lectivo 1871/1872, o exame de Português – curso completo, com a classificação de 10 (dez) valores. No mesmo ano fez exame à disciplina de gramática latina e latinidade, tendo sido reprovado». A latinidade englobava língua, cultura e civilização latinas.

Apesar dos resultados pouco animadores, ainda tentou prosseguir no Liceu de Braga, matriculando-se, para o ano lectivo de 1872-1873, como

---

Silva, em 23/07/1951. A entrevista, diversas vezes citada neste trabalho, constitui um depoimento notável de conteúdo, e credível. Neste episódio, a Ana Senra relata um episódio de gabarolice, própria de adolescentes em fase de afirmação perante o grupo.

<sup>8</sup> Cf. Certidão, com assinatura reconhecida em Braga, em 01/02/1873. Arquivo do Colégio das Missões Ultramarinas de Cernache do Bonjardim.

<sup>9</sup> A avó do professor Martins era irmã do cirurgião Barroso, como se pode ver pelo processo de habilitação a ordens, conforme Trigueiros, A. J. L., S. J., Conferência *As Raízes e a Infância de D. António Barroso*, Casa Diocesana, Porto, 09/10/2004.

<sup>10</sup> Naquele ano de 1872, no Liceu Nacional de Braga, as matrículas para exames dos alunos externos, iniciaram-se a 7 de Maio. Com o n.º 100 matriculou-se António José de Sousa Barroso.

aluno voluntário, nas disciplinas de Francês, Caligrafia e Desenho, Cálculo mental e quatro operações. A Francês foi classificado de Mau, em 6 de Dezembro, e de Suficiente, em 19 de Fevereiro. A Caligrafia e Desenho, faltou às provas, a 9 de Dezembro e a 17 de Fevereiro, perdendo automaticamente o ano. A Cálculo mental e quatro operações, faltou também às provas de 16 de Dezembro e de 18 de Fevereiro, com perda automática de ano.

Partira com algum atraso e com idade algo avançada em relação a muitos dos colegas que com ele iniciavam a carreira de estudante <sup>11</sup>. Desmotivado, frustrado com as qualificações, e não conseguindo adaptar-se ao ambiente, resolveu regressar à casa paterna, no decorrer do ano escolar, assim defraudando as expectativas e os esforços dos progenitores. Braga ficou mais longe.

O bulício da cidade deixou-lhe fracas recordações. Sebastião Braz, seu biógrafo, escreve, com graça, que regressou de Braga com pouco mais cabedal de conhecimentos do que para lá tinha levado, «trazendo apenas algumas recordações das frigideiras e de dois condiscípulos» cuja amizade cultivou, e que tiveram carreiras de sucesso, na área da medicina: o conhecido psiquiatra Dr. Magalhães Lemos, um ano mais novo, e o Dr. Tomaz de Meira, também distinto clínico e cirurgião de nomeada. Os dois condiscípulos prosseguiram os estudos, e o António José, jeitoso no manejo das frigideiras, ficou a ver Braga por um canudo...

No regresso ao lar, foi, mais uma vez, o vizinho Bernardo Limpo da Fonseca que, compreendendo a situação e continuando a acreditar nas suas capacidades, lhe incutiu ânimo para prosseguir. Recomeçou o ensino do latim, e tentou descobrir-lhe novas hipóteses de prosseguir os estudos eclesiásticos.

---

<sup>11</sup> É um lugar comum referir a idade do aluno António José Barroso, para justificar o fiasco da sua passagem por Braga. Porém, no livro de termos das matrículas para exames, dos alunos externos (ano lectivo 1871-1872), o António José, com 17 anos, é o segundo mais novo, dos 6 registados na página onde consta o seu nome. E, ao matricular-se para o ano lectivo de 1872-1873, é o terceiro mais novo, entre sete nomes que constam da sua folha. As razões do seu insucesso escolar serão de outra natureza: desintegração, desmotivação.

## 2. Aluno do Colégio das Missões Ultramarinas

A alternativa a Braga terá surgido por influência de alguns amigos e familiares, particularmente dum primo, António Pereira Gomes, então a estudar em Cernache do Bonjardim <sup>12</sup>. Aos poucos, foi amadurecendo no António José a ideia de voltar a tentar a carreira eclesiástica, agora no Colégio das Missões Ultramarinas. Regendo-se por legislação específica, este estabelecimento dispunha de estatutos próprios que incluíam no programa curricular o ensino dos preparatórios.

A relação de parentesco com o primo de Góios terá sido importante para a sua admissão no Colégio de Cernache do Bonjardim, mas houve outros apoios. O referido Pe. Sebastião d'Oliveira Braz, que conhecia a sua vida como nenhum outro dos seus biógrafos, e que, naqueles anos de Cernache, foi seu colega, escreve: «Entrou para o Collegio das Missões Ultramarinas, em Sernache do Bomjardim, ainda pelo valimento do dito seu visinho Bernardo Limpo» <sup>13</sup>. Mais uma vez, as influências do fidalgo vizinho terão sido decisivas, e, por isso, também Cunha escreve que seguiu para Cernache «apadrinhado pelo antigo mestre de latim» <sup>14</sup>.

A par dos testemunhos de familiares e amigos idóneos, também a maturidade da sua opção, e até a sua figura terão colaborado: era um jovem de excelente compleição física, que o «talhava à maravilha para a dura faina de missionário em África» <sup>15</sup>, escreveu o já citado Pe. Sebastião Braz.

Matriculou-se no Seminário de Cernache do Bonjardim <sup>16</sup>, a 3 de Novembro de 1873, para o ano lectivo que então se iniciava, apresentando,

---

<sup>12</sup> Este aluno do Colégio das Missões Ultramarinas, era neto de uma irmã do cirurgião Barroso. Natural de Góios, ali viria a falecer de tuberculose, com 24 anos de idade, já diácono, em 7 de Outubro de 1878, conforme Trigueiros, A. J. L., S. J., Conferência *As Raízes e a Infância de D. António Barroso*, Casa Diocesana, Porto, 09/10/2004.

<sup>13</sup> Cf. Braz, P. S. O., *Esboço biographico de D. Antonio Barroso*, Livraria Portuguesa Editora: Porto, 1921, p. 16.

<sup>14</sup> Cf. Cunha, A., *op. cit.*, p. 10.

<sup>15</sup> Cf. Braz, P. S. O., *op. cit.*, p. 16.

<sup>16</sup> Conhecido, na segunda metade do séc. XIX e princípios do séc. XX, por Real Colégio das Missões Ultramarinas, ou, simplesmente, Real Colégio das Missões, a designação oficial do Seminário onde o António José de Sousa Barroso então ingressou, era Colégio das Missões Ultramarinas, nos termos da Lei, de 12 de Agosto de 1856, que o instituiu.

Em tempos de monarquia, e com a tendência, notória também noutras áreas, de copiar expressões inglesas, pegou a moda de o apelar de Real, ainda que tal designação careça de suporte.

para o efeito, uma série de documentos <sup>17</sup>. Dois dias depois, completaria 19 anos.

Ao partir para esta nova etapa da sua vida, o António José tinha consciência da dimensão da opção que tomara. Atendendo à idade que tinha, às circunstâncias que rodearam a decisão, e ao esforço com que passou a aplicar-se ao estudo, rapidamente passou a integrar o núcleo dos melhores alunos do Colégio. Sem que, com isso, incorresse nos ciúmes dos seus colegas – observa um dos condiscípulos, e seu biógrafo, Sebastião Braz, elogiando a modéstia da sua conduta, a sua amabilidade no trato e a simpatia com que cultivava as relações com colegas e professores.

Inteligente, trabalhador e afável no trato, cursou com excelentes resultados as disciplinas preparatórias, mas brilhou, sobretudo, como estudante de teologia, curso que concluiu com elevadas classificações.

Recebeu a ordem sacra do Presbiterado, em 20 de Setembro de 1879, das mãos do Superior do Colégio das Missões Ultramarinas, D. José Maria da Silva Ferrão de Carvalho Martens, bispo de Bragança e Miranda (1875-1883), e, depois, bispo de Portalegre (1883-1884). A ordenação teve lugar em Lisboa, como consta do seu livro de matrícula, por se encontrar lá D. José Maria, em tratamento.

Cantou missa nova na igreja paroquial de Remelhe, em 15 de Outubro daquele ano de 1879. Foi pregador o seu professor e amigo, Dr. Francisco Martins, que depois seria lente de Teologia e de Letras na Universidade de Coimbra, e com quem manteve sempre profundos laços de amizade <sup>18</sup>.

### 3. Um homem de acção

Ao concluir o curso, com 26 anos de idade, o Pe. António planeava partir para a Índia, seguindo os passos de S. Francisco Xavier, o missionário modelo que tanto admirava, e, com esse objectivo, estudou *concanim*, língua local. A morte do arcebispo de Goa, D. Ayres Ornellas, com quem

---

<sup>17</sup> Certidão de nascimento e baptizado, certidão de casamento dos pais, certidões de habilitações (escola primária de Góios, escola particular de José Valério Capella e liceu nacional de Braga), autorização do pai, referida no texto, com o compromisso de indemnizar o Colégio, nos casos previstos nos estatutos da instituição, e outros documentos que constam do Arquivo do Colégio das Missões Ultramarinas de Cernache do Bonjardim.

<sup>18</sup> Mais tarde, D. António visitou-o em Coimbra, e quando, depois, este ocupou o lugar de reitor do Liceu do Porto, durante 5 anos, recebeu-o como seu hóspede. Também ele se lembrou de D. António, no momento das disposições testamentárias.

iria trabalhar, frustrou os seus planos. Iria ter à Índia, sim, mas dezoito anos mais tarde, em 1897.

Entretanto, o franciscano Frei José dos Sagrados Corações, foi a Cernache do Bonjardim procurar missionários que estivessem disponíveis para, com ele, refundar a diocese de Angola e Congo. Fez boa escolha, levando consigo três que, como ele, viriam a usar mitra: Sebastião José Pereira, Henrique Reed da Silva e António José de Sousa Barroso <sup>19</sup>.

E assim, em 5 de Agosto de 1880, um ano após a ordenação, o Padre Barroso embarcou no vapor Zaire para Angola, juntamente com outros padres, e na companhia do referido discípulo de S. Francisco, agora D. José Sebastião Neto, novo bispo da diocese de Angola e Congo (1879-1883).

### 3.1. Em Angola/Congo

Uma vez chegado a Angola, o novo prelado, que já durante a viagem fizera dele seu confessor e confidente, nomeou-o, em 2 de Outubro de 1880 <sup>20</sup>, pároco encomendado da freguesia de Na. Sra. do Cabo, na Ilha de Luanda, enquanto aguardava que se organizasse a expedição missionária para o Congo.

Em 20 de Janeiro de 1881, a canhoneira Bengo zarpou de Luanda para o Congo, carregando a bordo a expedição missionária: o Pe. António José de Sousa Barroso, superior da Missão, os Pes. Sebastião José Pereira e Joaquim de Jesus da Anunciação Folga, seus colegas de Cernache, que seguiam como sacerdotes auxiliares, dois carpinteiros, dois ajudantes, além de um guarda-marinha, um oficial-secretário, o capitão Barreto Mena e três ordenanças.

Três dias depois, a 23, foi a chegada a Noqui, seguida de longa espera pelos carregadores que o rei do Congo prometera mandar, para transportarem os diversos utensílios para a missão a instalar e os objectos de uso pessoal dos missionários. Só a 8 de Fevereiro puderam partir dali, a pé, para S. Salvador. Foi uma marcha lenta e cheia de peripécias, a uma média de sete horas por dia, com chegada a S. Salvador a 13.

---

<sup>19</sup> Número significativo, se atendermos a que, no total dos trezentos e poucos Padres formados no Colégio das Missões Ultramarinas, só oito ascenderam ao episcopado. Além destes três, com percursos cruzados, também António Joaquim Medeiros (Macau), João Gomes Ferreira (Cochim), Mateus de Oliveira Xavier (Goa), José Alves Martins (Cabo Verde) e José Bento Ribeiro (Cochim).

<sup>20</sup> Cf. *Boletim Oficial de Angola*, 1880, p. 550.

Para compreender o espírito com que aos 26 anos, o Pe. Barroso entrou no Congo, há que ter presente, antes de mais, que aquele território estava votado ao abandono.

Até meados daquele séc. XIX, a África era um continente inexplorado. A ocupação, a colonização europeia cingiam-se à orla marítima, às margens dos grandes rios, e o *hinterland* não preocupava as nações. Disraeli foi o primeiro estadista europeu que, em 1874, manifestou preocupação e interesse pelas colónias.

Também Portugal ignorou a África durante os primeiros três quartos daquele século. Relativamente ao Congo, pode-se afirmar que, por 1881, ano em que o Pe. António Barroso ali iniciou a sua actividade, estava votado ao abandono. Política e religiosamente. Portugal tinha-se pura e simplesmente desinteressado. Com a Índia e depois com o Brasil, o Congo perdera todo o interesse político.

Entretanto, as grandes viagens de David Livingstone (1852 a 1873) e de H. M. Stanley (1874 a 1877) foram muito divulgadas por toda a Europa. Aí por 1878, quando o António José Barroso era aluno finalista de teologia, em Cernache, a novela que entretinha o mundo era a travessia de Stanley pela África Central. Perspectivava-se um império congolês que teria no Zaire o escoadouro de toda a produção do grande planalto. Estas viagens de Livingstone e de Stanley eram acompanhadas em Portugal, e, naturalmente, também no Colégio das Missões Ultramarinas, com muito interesse e preocupação, porque os países europeus que tinham despertado para as riquezas africanas, defendiam que a África era de quem efectivamente a ocupava e não de quem apenas apresentava pergaminhos de a haver descoberto, como diziam ser o caso dos portugueses.

Com esta pressão das potências europeias, Portugal despertou para o Congo, mas tarde. Pretendeu reivindicar direitos sobre o Zaire, alegando que se lhe devia a descoberta da foz, mas as grandes potências – a Inglaterra, a França e os Estados Unidos – recusavam-se a concedê-los.

Andava também a Bélgica atarefada a talhar o seu quinhão. E a Alemanha, despertada pela Sociedade de Geografia de Berlim para a questão africana, partiu estremunhada, a criar protectorados e possessões. Em todos os casos, os pretextos para esquarterar a África eram de natureza filantrópica.

Face aos resultados da Conferência de Bruxelas, e com a bacia do Zaire aberta à navegação e ao comércio, era evidente o risco da perda de influência portuguesa naquela zona, e foi esta circunstância de aperto que levou o governo e a Igreja, na pessoa de D. José Sebastião Neto, a tentarem reconstruir a antiga Missão de S. Salvador do Congo, que se encontrava

totalmente destruída e sem rastros de evangelização. Para esta tarefa complicada, a pessoa escolhida foi o jovem missionário António José de Sousa Barroso.

Com a colonização do Brasil, o Congo passou a interessar só mesmo como fonte de escravos, o que concorreu para agravar a situação. Sabendo-se que, em 1548, actuavam no Congo pelo menos dez europeus no negócio de escravos, e que ao porto de Pinda iam doze a quinze navios por ano, carregando cada um entre quatrocentos e setecentos escravos, entender-se-á quão difícil seria ao desprotegido e acossado povo do Congo acreditar na mensagem dos missionários europeus.

Em Luanda, não havia informação actualizada sobre a capital do Congo. E foi dali que, com reduzida informação e poucos meios, partiu o missionário Barroso, em 20 de Janeiro de 1881.

Na viagem inaugural dramática, de 150 quilómetros a pé, para chegar ao campo de trabalho, o jovem padre tinha consciência da grandiosidade e da responsabilidade da sua missão. Afinal, ele e a sua equipe iam continuar a grande obra dos dominicanos (1490), dos cónegos de S. João Evangelista (1505), dos jesuítas (1548), dos carmelitas descalços (1854), dos capuchinhos (1778) e do clero secular que noutras épocas por ali abundara.

Apesar da grandiosidade da missão de que iam incumbidos, depois daqueles dias atribulados de viagem, não encontraram instalações de qualquer espécie onde pudessem abrigar-se. Desconforto total. Era tempo de chuvas e viveram em cubatas encharcadas <sup>21</sup>. Passaram aqueles primeiros meses, doentes e mal alimentados. O médico dos três era ele próprio, como referiu ao seu bispo <sup>22</sup>.

O rei do Congo, D. Pedro d'Água Rosada, vivia e agia como um vulgar soba, e o seu palácio era um aglomerado de cubatas ao centro de uma

---

<sup>21</sup> Cf. Pinto, A. F., *Um herói da epopeia portuguesa no Ultramar: D. António Barroso*, Seminário de N.ª Sra. da Conceição: Porto, 1931, p. 18-20.

<sup>22</sup> D. António Barroso, neto dum cirurgião rural, sempre manifestou interesse pela medicina. Contava treze anos, quando foi publicado o romance *As pupilas do Senhor Reitor*, que deleitou os serões nos lares mais austeros do país. Terá conhecido a figura simpática do *João Semana*, pela leitura, em Braga, ou indirectamente, pela família de Bernardo da Fonseca.

Ainda em Braga, nos tempos de estudante, foi, como se referiu, condiscípulo e amigo de Magalhães Lemos, insigne psiquiatra e director, com Júlio de Matos, do Hospital do Conde Ferreira, no Porto. Foi também condiscípulo de Tomaz de Meira, médico em Viana do Castelo e, cremos, em Guimarães, cuja amizade sempre cultivou. Terá pensado em seguir a carreira médica. Cf. Cunha, A., *op. cit.*, p. 61.

paliçada. Escreveu, a propósito, o Pe. António: «Quando em 13 de Fevereiro entrava no lugar da antiga cidade com os meus companheiros, tudo quanto nos rodeava era espantoso, indefinível, desanimador»<sup>23</sup>. Uma cena surrealista, acrescentaria hoje.

Sentado no seu trono, rodeado de uma burlesca corte, D. Pedro ouviu ler a carta dada por D. Luís I nos Paços da Ajuda e de que fora portador o Pe. Barroso. D. Luís convidava o rei do Congo a «prestar à missão católica que se ia estabelecer em seus estados, todos os auxílios morais e materiais possíveis, para que, assim coadjuvada, ela pudesse desenvolver a sua actividade e produzir os resultados que, com justo título, se podiam esperar»<sup>24</sup>.

À chegada encontrou ainda as ruínas das antigas igrejas, mas já não se justificava a sua recuperação. Das antigas residências dos portugueses, da catedral de S. Salvador e das Igrejas de S. Miguel, de N.<sup>a</sup> Sra. da Conceição, de S. Tiago, de N.<sup>a</sup> Sra. do Rosário, de S. João Baptista, de S. José, do Espírito Santo, dos Jesuítas, dos Capuchinhos, da Misericórdia, só restavam mesmo ruínas, amontoados de blocos e muito capim a cobri-los.

Da acção dessa Igreja que em tempos parecera florescente, eram raros os vestígios. A reflexão que fez sobre os escombros das igrejas ali desmoronadas perante os seus olhos, foi determinante para a sua acção futura. Escreveu, a propósito, que tudo «passara como as chuvas torrenciais, que apenas humedecem a primeira camada, deixando o subsolo ressequido e estéril»<sup>25</sup>. Trabalhar em profundidade, passou a ser uma das suas preocupações.

Havia levado consigo de Luanda dois carpinteiros, alguns quilos de pregos e dois ajudantes pretos que faziam de pedreiros mas que não dispunham de ferramenta. Revelando enorme capacidade de trabalho e de organização, e alguns conhecimentos que herdara da adolescência vivida ao lado do pai, carpinteiro, rapidamente construiu uma residência em madeira – construção que ele próprio dirigiu – e ao lado desta levantou uma capela, uma escola, um pequeno hospital, um observatório meteorológico (1883) e uma roça que funcionava como escola de trabalhos agrícolas e que fornecia vegetais, legumes e frutos para alunos, catecúmenos e demais pessoal da missão. As suas observações meteorológicas, sempre pontuais, passaram a ser muito apreciadas em Luanda. Recrutou na própria escola da missão, entre os alunos mais adiantados e mais capazes, elementos para estabelecer

---

<sup>23</sup> In *ibid.*, p. 26.

<sup>24</sup> In *ibid.*, p. 27.

<sup>25</sup> In *ibid.*, p. 28.

centros de catequese, nas aldeias mais afastadas e que ele «a cada passo visitava, á custa de cancelas que só o seu arcaboço de atleta podia aguentar»<sup>26</sup>.

Além dos trabalhos de construção, essenciais ao arranque da Missão, tratou de efectuar viagens missionárias ao Bembe (1883) e ao Zombo (1886), e fundou a missão sucursal de Marimba (1884-1885).

À chegada ao Congo, encontrara implantada no terreno uma poderosa missão protestante inglesa, dispoñdo de muitos meios e usando uma forte propaganda desnacionalizadora, o que muito o irritava, como grande patriota que se orgulhava de ser.

A religião, como acima se referiu, era considerada um elemento civilizador de primeira importância e a Sociedade Bíblica de Londres visava a penetração e alargamento da esfera de influência política e comercial da Grã-Bretanha no Congo. Inexperiente, o Pe. António teve de enfrentar sozinho esta situação difícil, até porque o rei, D. Pedro, fazia jogo duplo com os ingleses. Como elemento do Padroado, levava do Governador de Angola instruções sobre a melhor forma de actuar. Preocupou-se, desde o início, com captar a benevolência do rei, actuando de acordo com as instruções recebidas, e por se aperceber da importância do apoio do monarca para o desenvolvimento do projecto missionário que tinha em mãos.

Do trabalho realizado, escreveu uma série de relatórios, alguns dos quais ficaram célebres, nomeadamente o de 1881, sobre o estado do Congo, o de 1884, sobre a viagem ao Bembe, e o de 1886, sobre a viagem ao Zombo. É nesta viagem que o jovem missionário, face aos sinais de abandono que encontra, escreve: «*Nunca a cruz mutilada de Alexandre Herculano me pareceu mais bella e verdadeira*»<sup>27</sup>.

O primeiro grande relatório que escreveu – *Viagem ao Bembe* – está datado de 20 de Janeiro de 1884. Esta sua viagem promoveu um desenvolvimento significativo das relações comerciais na região do Congo. Fez também uma excursão a Macuta e estudou a bacia hidrográfica dos rios Quilo e Luando<sup>28</sup>.

Atento observador, recolheu no seu diário notas e questões várias, chocando-se, por vezes, com a realidade com que deparava, como o trabalho escravo, que criticou em 1889, na Sociedade de Geografia de Lisboa.

---

<sup>26</sup> Cf. Braz, P. S. O., *op. cit.*, p. 22.

<sup>27</sup> In Cunha, A., *op. cit.*, p. 56.

<sup>28</sup> Cf. Teixeira, C. S., *O collegio das missões em Sernache do Bom Jardim*, Imprensa Nacional: Lisboa, 1905, p. 101.

Como qualquer missionário, no termo de oito anos de serviço efetivo, teve direito a gozar um ano de licença, que lhe foi concedida em 13 de Setembro de 1888, embarcando no dia seguinte para o reino. Em meados de Novembro estava em Lisboa, para se restabelecer da saúde.

### 3.2. Em Portugal

Por aquela altura, as questões relativas às missões e às colónias em geral, prendiam a atenção da Sociedade de Geografia de Lisboa, de que era sócio o presbítero António José de Sousa Barroso, cónego honorário da sé catedral de Luanda e superior da Missão evangélica de S. Salvador do Congo. Luciano Cordeiro, secretário perpétuo e alma daquela Sociedade, manifestava enorme consideração pelo missionário recém-chegado, sobretudo devido a estudos e dados científicos vários que ele publicara no *Jornal das Colonias*.

É de então o convite para a conhecida conferência sobre «O Congo, seu passado, presente e futuro». Desenvolveu, depois, conferências de teor idêntico, no Ateneu Comercial do Porto, no Instituto de Coimbra e em Braga.

Tais conferências e os relatórios que entretanto remeteu ao governo, levaram o então ministro dos Estrangeiros, Henrique de Barros Gomes, a pensar em remodelar as dioceses portuguesas de África, tendo incumbido o Pe. António Barroso de rever a legislação civil e canónica, nesse sentido, e de lhe apresentar uma proposta de reformulação e de reajustamento do traçado de todas as dioceses africanas abrangidas pelo chamado mapa cor-de-rosa. Uma tarefa ciclópica em que o experiente missionário Barroso se empenhou e que só não teve seguimento devido ao Ultimato inglês.

Entretanto, António Enes, ministro da Marinha, de 1891 a 1892, após o referido Ultimato, conhecendo o talento e virtudes do missionário, promoveu a sua nomeação para a prelazia de Moçambique, rogando-lhe que aplicasse ali o saber missiológico e os métodos que trouxera do Congo. Político de renome, concebera um plano de recuperação para Moçambique dentro de uma política de competição com as grandes potências que haviam repartido a África na Conferência de Berlim, em 1885. D. Carlos acabou por nomeá-lo Comissário Régio para Moçambique, em 19 de Junho de 1891, para traçar e executar tais planos, missão em que se empenhou, até fins de 1895. A acção de António Enes e a de António Barroso acabaram, assim por coincidir no tempo e no espaço.

A situação política de Moçambique era caótica, e foi bem caracterizada pelo próprio António Enes num relatório sobre o assunto que apresentou ao

governo de Lisboa, em 1893. Chegara a propor-se no Parlamento o abandono, a alienação daquela Província.

Para a decadência religiosa de Moçambique concorreu também o Brasil, que entretanto passara a absorver todas as ordens religiosas que se dedicavam à pregação. O abandono foi tal que o governo decidiu aplicar severas penas aos capitães que levassem para o Brasil, a bordo dos seus navios, eclesiásticos idos das paróquias e missões africanas. A expulsão dos jesuítas, ordenada por Pombal e, depois, a expulsão das ordens religiosas, em 1834, aceleraram a degradação. Os dominicanos foram então forçados a deixar a Zambézia, onde, desde 1759, substituíam os jesuítas.

### 3.3. Em Moçambique

Até D. António Barroso, Moçambique tinha sido a mais abandonada de todas as dioceses ultramarinas. Apesar destas dificuldades que bem conhecia, embarcou para a colónia, em 21 de Fevereiro de 1892, chegando à Ilha, sede da prelazia, a 20 de Março. Havia então em Moçambique 21 sacerdotes, sendo 9 jesuítas e 12 seculares. Destes, 3 eram portugueses, do Colégio das Missões Ultramarinas, 1 era francês, e os restantes 5, indianos. Um mês antes de chegar, tinham ali desembarcado, com ordem de esperarem por ele, 7 novos presbíteros, que conseguira congregar para o acompanharem na nova missão, 4 dos quais provenientes do Colégio de Cernache.

Ali chegado, pôde constatar que as condições eram deploráveis. Como escreveu o insuspeito António Enes, o orçamento concedia às igrejas «menos dinheiro do que às repartições para tinta e aparos», havendo «altares onde se celebrava com cálices de mesa e o Cristo era alumiado por cotos de velas espetados em gargalos de garrafas»<sup>29</sup>. Acrescenta que as igrejas eram «profanadas a meude pelos desregramentos» do próprio clero e que a vida religiosa da prelazia se circunscrevia a algumas paróquias que estavam «nas mãos de alguns padres que Gôa para lá exportava, com mais ancia de rupias do que zelo e interesse pelo levantamento moral e social do preto». De facto, só ia parar a Moçambique «o rebotalho ou escória do clero de Goa», na expressão muito dura de D. João Trindade, prelado interino que,

---

<sup>29</sup> Estas citações, bem como as que seguem, relativas à situação em que se encontrava a Igreja de Moçambique, são retiradas do relatório *Moçambique*, apresentado ao governo por A. Enes, em 1893. Cf. Cunha, A., *op. cit.*, p. 77-78. Cf. Braz, P. S. O., *op. cit.*, p. 38.

talvez por isso, nunca tomou posse do cargo (1856). Missões propriamente ditas, com alguma organização, só havia 3, confiadas aos padres jesuítas, mas mesmo essas vegetavam, devido à falta de recursos materiais e de clero que o clima dizimava impiedosamente.

Instalado na sede da prelazia, logo quis conhecer em pormenor o vasto campo da nova missão. O zelo pastoral e a curiosidade científica que lhe era inata, levaram-no a efectuar grandes viagens, percorrendo Moçambique de Norte a Sul, de Este a Oeste, como nenhum prelado antes fizera. A primeira destas grandes viagens pastorais, efectuou-a logo um mês após a chegada, em direcção a Lourenço Marques, demorando dois meses e meio. Na segunda, viajou para o interior, por terras de Sofala, Manica e Gorongosa, fazendo mais de mil quilómetros em tenda de campanha, quase sempre por serras e vales de rios. Observou e estudou com particular atenção o planalto de Manica, pois pretendia escolher naquela zona um local com abundância de água e solo fértil, para instalar uma missão. A terceira efectuou-a no ano seguinte, em 1893, entre Setembro e Dezembro, por terras de Sofala. Era sua intenção ir até ao Niassa, mas, impedido de o fazer pelos régulos locais, teve de regressar. A quarta viagem, a mais longa, durou 5 meses, de Junho a Novembro de 1894. Tentou chegar ao Niassa português pelo Niassa britânico, mas, mais uma vez, não conseguiu. Fez mais de 2 mil quilómetros nestes 5 meses, com longos dias de barco e caminhadas intermináveis pela selva. Regressou à Ilha a 3 de Novembro, e logo a 14 partiu para a Índia, para participar no Concílio Provincial de Goa.

Quando dali regressou, resolveu ir visitar e estudar o território em frente da Ilha, dominado por muçulmanos. Durante mais de uma semana andou metido na selva, tentando uma comunicação directa com o planalto interior e com o Niassa. Foi até ao então temível monte da Mesa, onde tomou conhecimento de que ainda ali persistiam práticas escravagistas. Árabes e régulos muçulmanos actuavam como negreiros, fazendo transportar os escravos para Zanzibar.

D. António Barroso foi sempre um homem de acção. Queria ir e ver, para decidir. A sua grande preocupação, além de visitar as paróquias e missões já estabelecidas, muitas das quais nunca tinham recebido uma visita pastoral, era criar missões novas em zonas centrais de influência e que dispusessem de boas condições de salubridade, de água abundante e solo fértil. Sonhava com a criação de uma rede de postos missionários, no interior: em Milange, Namuli, a Este do lago Niassa, e outro no Noedo, no coração do Ibo. Entendia que a acção missionária seria mais profícua fora do contacto com os europeus. Defendia que a evangelização deveria efectuar-se

em sentido contrário àquele que se vinha seguindo: partindo do interior para o litoral e não do litoral para o interior.

Nestas longas viagens, normalmente era acompanhado por 1 ou 2 padres, 1 funcionário público e umas dezenas de carregadores e guias, como era hábito na época. Conseguir comida para toda aquela gente era o grande problema de todos os dias. Conta no seu diário como usava a carabina sempre que via caça ao seu alcance. E, às vezes, com bom humor, fala dos seus azares. Passou fome, dormiu ao relento, bebeu água de charcos, sofreu assaltos e febres, arrastou-se por vezes, por falta de dinheiro para consultar um médico, mas nunca desistiu. Era um homem determinado e rijo. Antes dele, nunca algum bispo chegara ao Zumbo e ao Miruro, ou andara pelas proximidades do Niassa, ou demorara 5 meses seguidos no meio do povo <sup>30</sup>.

Homem de trato fácil e de boas relações, sempre teve bons colaboradores. Durante os anos de Moçambique, os jesuítas, que ali haviam chegado uma década antes, e alguns missionários de Cernache do Bonjardim, foram seus colaboradores preciosos. Preciosas foram também as Irmãs de S. José de Cluny que ele tratava por Irmãs da Missão. O Instituto D. Amélia, colégio feminino que D. António criou quando da sua primeira visita a Lourenço Marques, em 1892, ficou a cargo destas Irmãs, e logo solicitou que aceitassem dirigir o Instituto Leão XIII <sup>31</sup>.

Razões graves de saúde, forçaram-no a deixar Moçambique. Duramente afectado pelo paludismo, teve de ir fazer tratamento em Lisboa, donde continuou a dirigir a prelazia, por correspondência. Não dispôs de tempo nem de meios para implantar muitas das suas ideias e projectos.

Dentre as preocupações de Moçambique que passaram a movê-lo na capital, destaca-se a reforma do Colégio de Cernache do Bonjardim que, entre o mais, entendia dever deixar de estar subordinado à Secretaria da Marinha e do Ultramar; a rede de Missões que considerava importantes para neutralizar a influência maometana, no norte, e a protestante, no sul; a educação e a instrução, sobretudo femininas, iniciadas com os Institutos D. Amélia e Leão XIII; a reeducação religiosa do colono, por entender que a descristianização dos brancos dificultava a acção dos missionários.

---

<sup>30</sup> Numa destas longas andanças pelo mato, perdeu a ametista do anel que lhe tinha sido oferecido pela Sociedade de Geografia de Lisboa, e que tanto estimava.

<sup>31</sup> O Instituto D. Amélia, bem como o Instituto Leão XIII, que criou na Cabaceira, em frente à Ilha, eram as meninas dos olhos de D. António. Mais tarde, com a implantação da República, “varreu-as uma rajada de jacobinismo estolido”. Cf. Braz, P. S. O., *op. cit.*, p. 41.

Na sequência da nomeação para Meliapor, sucedeu-lhe D. Sebastião José Pereira, seu colega desde os anos de Cernache do Bonjardim, e que o acompanhara também no Congo, no início da sua carreira missionária.

Muitos dos seus planos foram executados pelos sucessores, sobretudo por D. Francisco Ferreira da Silva, com Freire de Andrade no governo da Província.

### **3.4. Em Meliapor**

Ainda não totalmente recuperado da saúde, novo desafio se lhe colocou. Na diocese de Meliapor, na Índia, onde já se tinha deslocado para participar no Concílio Provincial de Goa, haviam ocorrido incidentes de alguma gravidade, que preocupavam o Estado português e a Nunciatura da Santa Sé em Lisboa. Como consequência de tais incidentes, eram contínuos os desentendimentos entre o Padroado Português do Oriente e a Congregação da Propaganda Fide, com clero e bispos de costas voltadas.

Um dos bispos então envolvidos na contenda, era D. Henrique Reed da Silva, um ex-colega de D. António, no Colégio das Missões Ultramarinas.

Este prelado havia construído uma catedral neo-gótica, caríssima (200.000 rupias) e, coberto de dívidas, retirara-se, logo após a sagração. Para concluir a obra, havia recorrido a um Rajah de Bengala. Em troca do arrendamento perpétuo de todos os bens da diocese, este entrara com uma renda anual, além de um bónus de ocasião, bastante para concluir a obra. Entretanto, passou a haver desmandos, por parte do pessoal do Rajah, na cobrança das terras arrendadas aos cristãos. As comunidades começavam a reclamar da opressão do nababo.

Este chamado “caso Nagory” e um outro escândalo, relativo a estranhas relações que existiriam entre o bispo e a esposa do Rajah, exigiam a substituição daquele.

Era necessária a intervenção dum prelado discreto mas firme e D. António foi a pessoa escolhida para esta tarefa melindrosa.

Ficou pouco mais de um ano na diocese de Meliapor, dando, naturalmente, prioridade à resolução das duas difíceis questões que o levaram lá: este referido “caso Nagory” e uma complexa questão de dupla jurisdição, envolvendo agentes do Padroado e da Propaganda Fide.

Encontrou ainda tempo e disponibilidade para cuidar da reorganização do seminário da diocese, onde instituiu uma cadeira de introdução à filosofia: «Reformou o curso preparatório do seminário diocesano, ampliando e dando maior desenvolvimento aos estudos philosophicos, como base

fundamental do curso theologico, ao qual acrescentou mais um anno»<sup>32</sup>; dotou o seminário de uma biblioteca; preocupado com a preparação do clero local, construiu um convento para franciscanos; cuidou da catalogação do arquivo da diocese.

As obras sociais de educação e assistência, que sempre lhe haviam merecido especial cuidado nos campos de missão por onde passara anteriormente, continuaram a merecer o seu maior interesse. Realizou 14 visitas pastorais às igrejas do Maduré, percorreu o vale do Ganges e visitou as missões de Calentá. Iguais desvelos lhe mereceram as missões de Bandel, Daccá e Nagory, onde a sua passagem ficou assinalada por benefícios de monta. Reedificou e desenvolveu o Madras–Asylo<sup>33</sup>. Criou a escola de Punicail e mandou construir alguns edifícios em Nazapatam, para escolas. Preocupou-se com a agricultura, incentivando o arroteamento dos terrenos em maninho contíguos às igrejas e pertença destas. Orientou, construiu, reformou.

Nomeado bispo do Porto, em 21 de Fevereiro de 1899, regressou a Portugal, passando por Roma, para esclarecer em definitivo algumas questões relativas ao diferendo que persistia, entre o Padroado e o Bispo de Trichinopoly, da Propaganda Fide.

Tendo esclarecido pessoalmente o assunto com Leão XIII, de quem recebeu palavras de solidariedade, viajou de Roma para Lisboa de comboio, com paragem em França, para uma visita à gruta de Lourdes. Foi o seu adeus à vida de missionário andante.

#### 4. Espírito reformador

D. António Ferreira Gomes, em 1954, ao celebrar o centenário do nascimento do seu predecessor, comparou-o a outras míticas figuras missionárias, concluindo que: «ele foi bem o continuador dos que acenderam no Oriente a luz do Evangelho e lançaram as sementes de uma civilização universalista, de uma civilização que se situa (...) para além do Oriente e do Ocidente»<sup>34</sup>.

O Pe. Brásio considera D. António Barroso um autêntico mestre de missionários e um teorizador da acção missionária, assegurando mesmo que foi dos melhores e maiores missiólogos do séc. XIX, pela forma como

---

<sup>32</sup> Cf. Braz, P. S. O., *ibid.* p. 74.

<sup>33</sup> O orfanotrófio de Madrasta.

<sup>34</sup> Apud Azevedo, C. M. A., *op. cit.*, p. 408.

estudou e expôs os problemas básicos da evangelização de África: «O surto dado por D. António Barroso à Igreja de Moçambique só encontra paralelo nos tempos actuais. E a sua obra foi tão sólida, tão clarividente, de horizontes tão largos na acção e na doutrina, que não houve senão continuá-la»<sup>35</sup>.

No entender destes ilustres pensadores da Igreja portuguesa, o legado missionário de D. António merece uma reflexão profunda. Afinal, ele foi «o maior de todos os missionários modernos. Espírito lúcido, homem prático, habilitado com conhecimentos técnicos (...), activo, virtuoso, de consciência recta, de grande alma e de grande coração (...) focou a questão missionária como ninguém até ali o tinha feito, e a sua orientação (é) manifestada nos brilhantes relatórios»<sup>36</sup>.

Movido por um espírito reformador, procurou modernizar os métodos da acção da Igreja na então chamada África portuguesa. No Congo e, particularmente, em Moçambique, restaurou o verdadeiro sentido da missão como evangelização das populações locais. Aberto à modernidade, foi o primeiro em Portugal a aperceber-se e a propor soluções para os problemas vitais da missiologia, ciência que então dealbava em algumas universidades europeias, sobretudo alemãs.

Olhando a história da Igreja missionária em Portugal, a figura de D. António Barroso destaca-se, porque à qualidade de missionário aliou o saber de missiólogo – o maior missiólogo português de sempre, sem desprimor para outros, igualmente notáveis, como o Pe. José Maria Antunes (1856-1928), também ele um grande obreiro do ressurgimento missionário no Ultramar, que conseguiu a promulgação do *Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas*, ou como o grande académico Pe. António da Silva Rego (1905-1986), que criou e regeu a primeira cátedra de missiologia, em Portugal, nos anos 40 do séc. XX, no então Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

Entre os grandes missionários portugueses do seu tempo, foi o que revelou maior capacidade de aliar a acção à reflexão, como fez, com brilho, nos seus relatórios, nomeadamente no de 1894. Destaca-se de todos, pela sua extraordinária capacidade de associar o pensamento reflexivo ao trabalho concreto por si realizado, e pela enorme inovação que trouxe à Igreja missionária portuguesa, na época de charneira em que viveu.

Da herança missiológica que nos legou, importa relevar alguns temas que ilustram a sua mentalidade inovadora.

---

<sup>35</sup> Cf. Brásio, A., *op. cit.*, p. XXIX.

<sup>36</sup> Cf. Farinha, P. A. L., *A Acção Missionária em Moçambique, Portugal Missionário*, Escola Tipográfica do Colégio das Missões: Couto de Cucujães, 1929, p. 90.

#### 4.1. A revisão dos métodos de trabalho missionário

Luciano Cordeiro, fundador da Sociedade de Geografia, e, como se observou, amigo e admirador de D. António, escrevia em 1880: «Não temos missões e não temos missionários, no sentido e na aplicação moderna da palavra», «O nosso missionário o mais que chega a ser é padre, mas só padre», «Em suma, é necessário criar o missionário, porque a verdade é que não o temos»<sup>37</sup>. Entendia assim que o missionário que havia estava preparado para trabalhar nas paróquias organizadas, onde predominava o elemento europeu, mas que não era capaz de avançar para o interior, em direcção ao homem africano.

O missionário Barroso afinava pelo mesmo diapasão. Na mencionada conferência que fez na Sociedade de Geografia, afirmou que «*as missões africanas estavam longe de corresponder à sua grave finalidade. Havia, é certo, em África, muitos baptizados, mas cristãos dignos dêste nome pouquíssimos*». Para alterar este estado de coisas, havia que dar ao missionário uma formação diferente: «*O missionário do séc. XIX não pode ser o que foi o dos séculos XVI e XVII, na Ásia. Um abismo de diferenças separa os dois continentes*»<sup>38</sup>. E acrescentou como, em seu entender, devia ser o missionário para o continente africano: deve «*levar em uma das mãos a cruz, símbolo da paz e da fraternidade dos povos, na outra a enxada, símbolo do trabalho*». Tem de ser «*padre e artífice, pai e mestre, doutor e homem da terra*». Ao africano, o missionário deve ensinar-lhe a moral cristã e civilizá-lo pelo trabalho honesto, trabalhando com ele. «*Deve ser padre e artista, pai e mestre, doutor e homem da terra. Deve tão depressa tomar a estola (...), como empunhar a picareta para arrotear uma courela de terreno; deve tão depressa fazer uma homilia, como pensar a mão escangalhada pela explosão duma espingarda traiçoeira*»<sup>39</sup>.

Sá da Bandeira, meio século mais velho, e directamente ligado à criação do Colégio das Missões Ultramarinas, onde Barroso estudara na juventude, pensava que uma boa remuneração pecuniária atrairia muitos missionários à África. Opinião bem diferente tinha o missionário de Remelhe, que afirmou estar bem certo de que o padre, levado à África com a mira nos bons ordenados, seria inútil, talvez até nefasto<sup>40</sup>. Ao

---

<sup>37</sup> *Primeiro Relatório apresentado à Comissão de Missões do Ultramar*, Imprensa Nacional: Lisboa, 1880, p. 6-9. Cf. Brásio, A., *op. cit.*, p. XLVIII.

<sup>38</sup> *O Congo: seu passado, presente e futuro*. Cf., *ibid.*, p. 142.

<sup>39</sup> In *ibid.*, p. 143.

<sup>40</sup> In *ibid.*, p. 141.

escrever deste modo, teria presente a sua própria experiência. Nos anos que trabalhou no Congo, não juntou um tostão e aplicou a totalidade da cõngrua que recebia na manutenção dum grupo de alunos internos.

Entendia o desprendido missionário que a forma de preparar operários para a messe africana, dotados de uma mentalidade nova, passaria pela criação de uma instituição diferente do Colégio das Missões Ultramarinas. Falava duma congregação nova com membros ligados por sólidos laços de solidariedade, com o futuro assegurado em situações de doença ou na velhice e com a continuidade da obra assegurada: o que é indispensável é que o missionário que trabalha em África, saiba que a sua obra não morre, que quando a faina lhe roubar a vida ou o inutilizar para o trabalho, ele veja chegar os que devem continuar a sua obra de paz e de progresso <sup>41</sup>.

Sugerindo que os missionários deviam repensar a sua acção, deixou este interessante conselho para aqueles que trabalhavam a pensar na estatística: «*Recomendaria muito que nunca baptizassem um indígena adulto senão in articulo mortis, ou depois de muito instruído, o que é bastante difícil. (...) Que aproveita à religião e ao progresso que nesta ou naquela parte da Europa se conheça que mais um soba foi baptizado, se ele depois de receber as águas lustrais fica tão cristão na fé e na moral como um mouro? Absolutamente nada*» <sup>42</sup>.

O Cónego Alcântara Guerreiro, missionário e historiador de Moçambique, que conhecia bem a acção renovadora do missionário Barroso, deu relevo ao espírito novo que tentara inculcar aos seus colaboradores e que estes, salvo excepções, assumiram: «*Quem quiser avaliar o trabalho do grande bispo, em extensão, pouco encontrará: a nomeação de alguns sacerdotes para paróquias abandonadas e a criação de um reduzido número de missões. O valor da sua obra reside no espírito reformador que a anima, no sopro de espiritualidade que varreu Moçambique da costa aos matos. O sobrenatural pairou por onde o materialismo e o desleixo campeavam. Um clero morigerado dignificou o sacerdócio, impondo-o à admissão de crentes e descrentes: o bispo era o espelho em que se remiravam,*

---

<sup>41</sup> Foi na comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1889, que Pe. Barroso, ao descrever as exigências da vida missionária e a fragilidade dos evangelizadores, como indivíduos, propôs uma alternativa, sugerindo a criação de uma congregação ou um instituto das missões portuguesas. Cf. *ibid.*, p. 143.

<sup>42</sup> Apud Brásio, A., *ibid.*, p. XLIX.

*deixando-se impregnar da imagem das suas virtudes comunicativas. O pequeno rebanho soube tornar-se merecedor de um tal pastor»*<sup>43</sup>.

Tinha ideias claras e procurava dar-lhes execução sem esperar por milagres: «*O meu plano de restauração (...) é conseguir que um missionário não permaneça isolado no sertão, e mesmo no litoral. A razão e a experiência têm mostrado exuberantemente que o missionário abandonado assim, no meio da barbárie (...) não a modifica civilizando-a, mas é absorvido por ela, a não ser que a Providência faça milagres, que sendo possíveis, não são a regra, nem se devem esperar»*<sup>44</sup>.

O espírito dos missionários mudou e a prova é que o tempo obrigatório de serviço nas missões acabou, para quase todos, como escrevia o Pe. Lourenço Farinha, em 1929<sup>45</sup>.

#### **4.2. Planeamento e criação de missões em pontos estratégicos**

A partir da sua experiência no Congo, o bispo Barroso passou a prestar particulares cuidados à localização e centralização das missões. Entendia que, por razões de economia e de estratégia, as missões deviam estar organizadas a partir duma missão-central. Esta missão-mãe deveria localizar-se numa zona central e salubre e dominar uma vasta população, donde fosse possível irradiar, contactar com as povoações circundantes, com as missões sucursais em redor. Essa missão era, em seu entender, «*o lugar onde se deve preparar para o futuro um clero novo (...); o lugar onde os padres, vindos da Europa, devem ter uma aprendizagem da língua e costumes daqueles a quem vão civilizar»*<sup>46</sup>. A este propósito, explicitaria: «*Além de um seminário na Metrópole, é indispensável (...) ter na Província uma grande casa, onde concluam a sua educação os missionários, venham eles de onde vierem»*. Esta missão central ou missão-mãe seria também «*um lugar, enfim, onde o missionário, alquebrado de fadigas vai descansar e recobrar forças, para de novo empunhar o bordão de peregrino para se internar no sertão»*<sup>47</sup>.

---

<sup>43</sup> Cf. Guerreiro, A., *Quadros da História de Moçambique*, Vol. II, Imprensa Nacional de Moçambique: Lourenço Marques, 1954, p. 454-455.

<sup>44</sup> In Cunha, A., *op. cit.*, p. 85.

<sup>45</sup> Cf. Farinha, P. A. L., *op. cit.*, p. 91.

<sup>46</sup> *Trabalhos em África: missão portuguesa do Congo* (20/05/1886). In Brásio, A., *op. cit.*, p. 45.

<sup>47</sup> In Brásio, A., *ibid.*, p. LI.

Tendo presente esta ideia-força, tentou distribuir as missões a distâncias que permitissem aos padres visitar-se e ajudar-se mutuamente. Escrevia, em 1894, que o seu plano era, como acima citámos «*conseguir que um missionário não permaneça isolado no sertão, e mesmo no litoral; a razão por um lado e a experiência por outro, têm mostrado exuberantemente que o missionário abandonado a si, no meio da barbárie do interior (...) não a modifica civilizando-a, mas é absorvido por ela*»<sup>48</sup>.

Para evitar o isolamento, instaurou o regime de comunidades de padres e auxiliares. Com tais medidas, o espírito dos missionários mudou e a prova é que o tempo obrigatório acabou para quase todos os missionários, como também já se escreveu. Até então, os missionários limitavam-se a cumprir em África o serviço mínimo obrigatório, que, por muito tempo, esteve fixado em 6 anos.

Aconselhava a não se criarem mais paróquias. As paróquias sem paróquianos desapareceram e deram lugar a missões no meio do povo. Para evangelizar África, havia que seguir caminhos novos. Quando chegou a Moçambique, escreveu: devem conservar-se as paróquias «*existentes no litoral e ainda a de Tete, no interior, onde domina o elemento europeu ou asiático cristão, mas não devem criar-se mais (...) e (...) os esforços e atenções se devem dirigir principalmente para a criação de boas missões que se destinem especialmente ao preto, ensinando-lhe a moral cristã e civilizando-o pelo trabalho honesto, o que a paróquia não pode empreender com o mesmo desenvolvimento que a missão*»<sup>49</sup>.

É notável esta lucidez e determinação de D. António para restaurar no Moçambique do séc. XIX o verdadeiro sentido da missão como evangelização das populações locais. Neste esforço, é pioneiro entre o episcopado católico. A propósito de boas missões, quando visitou a missão do Zumbo, fundada em 1890, constatou que tinha sido construída em terreno doentio e húmido, no vale dum rio e fê-la mudar em 1893, para Mongue «*bom terreno que reúne condições de salubridade a uma população muito densa*», justificou.

As missões de Magude, Angoche, Manhiça, Munhuana, Catembe, Maláçe, Moginqual, Chonguene, Muchopes nasceram desta nova orientação.

O missionário e historiador Pe. António Lourenço Farinha, já citado, escreveu sobre a lucidez e a modernidade da nova orientação e da dinâmica

---

<sup>48</sup> *Padroado de Portugal em África: relatório da prelaia de Moçambique*. In Brásio, A., *ibid.*, p. 205.

<sup>49</sup> Cf. *ibid.*, p. 205.

que D. António imprimiu à acção missionária: «A grande experiência e invulgar prestígio de D. António Barroso, Prelado de Moçambique, fizeram surgir verdadeiras missões, de moldes modernos, se bem que pobres»<sup>50</sup>. E, noutra obra: «O ressurgimento das Missões na Província começou verdadeiramente com D. António Barroso, o maior de todos os missionários modernos. Espírito lúcido, homem prático, habilitado com conhecimentos técnicos adquiridos na missionação do Congo, activo, virtuoso, de consciência recta, de grande alma e de grande coração, este prelado tinha todos os predicados dum apóstolo e por isso o seu nome ficou bem marcado e há-de sempre brilhar no futuro como astro luminoso que não poderá ser apagado por outro. Ele focou a questão missionária como ninguém até ali o tinha feito e a sua orientação, manifestada nos brilhantes relatórios, que não pôs totalmente em prática por motivo de crise financeira da colónia e da sua transferência para a Índia, deu excelentes resultados, depois de poucos anos, como era de esperar»<sup>51</sup>.

Assim se compreende que o seu biógrafo Amadeu Cunha refira a sua passagem pela prelatura de Moçambique como uma «verdadeira primavera missionária, pelo que criou e fez nascer»<sup>52</sup>.

#### 4.3. A valorização do clero autóctone. A formação dos missionários

Quando foi colocado à testa da prelazia de Moçambique, introduziu uma medida inovadora, ao determinar que o clero vindo do exterior, de Cernache ou de Goa, devia permanecer alguns meses no paço episcopal, com o prelado, para um melhor conhecimento mútuo e uma adaptação à disciplina eclesiástica, para aprenderem a língua local e se ambientarem nos costumes: «*A educação dos missionários na Europa ou na Índia, por mais perfeita que a queiramos supor, nunca será adequada aos rudes trabalhos da missão africana; essa só no próprio lugar do combate poderá ser profícua e completa*»<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> Cf. Farinha, P. A. L., *A expansão da Fé na África e no Brasil: subsídios para a História Colonial*, Vol. I, Lisboa, 1942, p. 357.

<sup>51</sup> Cf. Farinha, P. A. L., *A Acção Missionária em Moçambique, Portugal Missionário*, Escola Tipográfica do Colégio das Missões: Couto de Cucujães, 1929, p. 90.

<sup>52</sup> Cf. Cunha, A., *op. cit.*, p. 162.

<sup>53</sup> *Padroado de Portugal em África: relatório da Prelazia de Moçambique*. In Brásio, A., *op. cit.*, p. 223.

Propôs-se arranjar uma casa onde estes missionários vindos de fora pudessem completar a sua formação. Ao chegarem a Moçambique, fariam um curso de adaptação e de aprendizagem dos costumes e da língua, numa espécie de seminário a criar para o efeito, junto de uma missão central ou missão-mãe, como referimos: «*Além dum seminário na Metrópole é indispensável, se não queremos sofrer cruas desilusões todos os dias e marcar passo eternamente, ter na Província uma grande casa onde concluem a sua educação os missionários, venham eles donde vierem*»<sup>54</sup>.

Uma solução mais perfeita, passava pela preparação de clero autóctone e bateu-se, por isso, pela criação do seu seminário. Anos antes, falando do Congo, afirmara que a falta de clero autóctone fora uma das principais causas da ruína das antigas missões. Entendia que os missionários locais «*conhecendo a fundo a língua do país, os costumes, as tendências dos seus compatriotas, estão aptos para serem os melhores evangelizadores não só do Congo, mas de toda a África*»<sup>55</sup>. Noutra altura, referindo-se ao clima que dizimava uma percentagem elevada de missionários europeus, escreveu: «*podemos e deveremos até, na minha opinião, criar clero indígena, que poderá resistir com grandes vantagens sobre o europeu à malignidade do meio climatérico*».

Colocado em Moçambique, pretendeu criar um seminário com os objectivos e nas condições que expusera na conferência realizada em Lisboa. «*A prelazia de Moçambique a-pesar-de ser maior que tôdas as dioceses do reino e da Índia juntas, não goza dêste benefício, que eu devo reclamar como um dos melhoramentos mais urgentes e imprescindíveis*»<sup>56</sup>, escreveu.

A ideia de um seminário em Moçambique não era, de resto, dele. Tratava-se de uma aspiração de mais de dois séculos. Frei António da Conceição, agostiniano, que foi administrador eclesiástico nos fins do séc. XVII, altura em que a questão nem seria premente, porque os conventos regurgitavam de clero em Portugal, tentara implantar um seminário, em Rios de Sena<sup>57</sup>. Em 1855, em pleno liberalismo, Vasco Guedes de Carvalho e Meneses que então governava Moçambique, mandou que, por conta da Fazenda Nacional, viessem ao seminário de Santarém alguns

---

<sup>54</sup> In *ibid.*

<sup>55</sup> *O Congo: seu passado, presente e futuro*. In Brásio, A., *op. cit.*, p. 149.

<sup>56</sup> *Padroado de Portugal em África: relatório da prelazia de Moçambique*. In Brásio, A., *ibid.*, p. 220.

<sup>57</sup> Cf. Cunha, A., *op. cit.*, p. 85. Cf. Brásio, A., *op. cit.*, p. 220.

jovens que, depois de ordenados, regressariam. E Sá da Bandeira, não podendo, talvez por penúria do Tesouro, criar um seminário, determinava, em 1859, que o Governador Geral, em acordo com a competente autoridade eclesiástica, mandasse a Goa dez moços destinados a prepararem-se para o serviço religioso na prelazia.

Um prelado que o precedera, D. José Caetano Gonçalves (1874/1878), dezasseis anos antes lançara a ideia de um colégio-seminário, a exemplo do que se fazia noutras paragens do império, como Macau, especialmente orientado para a população autóctone africana, e que ele manteve subsidiado durante algum tempo, mas com população muito escassa. Os resultados destas experiências foram praticamente nulos.

A constatação deste facto e os anos da sua experiência naquela colónia, bem diferente do Congo, levaram-no a alterar um pouco o seu entusiasmo pelo clero autóctone. O bispo Barroso acabou por se convencer que não era possível, «*por enquanto*», a criação dum seminário para jovens locais, devido à nula escolaridade da população e ao estágio zero da evangelização. E é assim que, em 1894, reflectindo sobre o «*estado lastimoso*» da população e da Igreja, defende ideias algo diferentes das que expusera em 1889. Instruído por «*uma experiência longa e bem dolorosa*»<sup>58</sup> e apesar de tudo quanto escrevera e clamara, entendia que não estavam criadas as condições, que havia que esperar, e concluía: «*O Seminário, pois, deve ser urgentemente criado para esta província, deve ter sede em Portugal e ter como alunos e futuros missionários, portugueses*»<sup>59</sup>.

Entretanto havia que criar uma casa em Moçambique, onde os missionários, quer fossem de Portugal ou da Índia, deviam fazer um estágio preparatório. Para isso, procurou criar condições desde a sua chegada à Ilha, adaptando o paço à instalação de alguns padres.

Tal mudança de estratégia, reflecte uma profunda atenção ao homem real e não qualquer recusa de formar clero local ou qualquer menosprezo pela população a evangelizar. Como se depreende do Relatório que escreveu em 1894, foi levado a compreender que, naquela fase concreta da história da colónia e da situação da Igreja, as tarefas prioritárias eram o desenvolvimento da população, a promoção do ensino e a intensificação da evangelização. Não era homem de ideias feitas. Pastor atento, entendia que

---

<sup>58</sup> *Padroado de Portugal em África: relatório da prelazia de Moçambique de Moçambique*. In Brásio, A., *op. cit.*, p. 221.

<sup>59</sup> In *ibid.*, p. 222.

a preparação do clero local constituiria um estágio mais avançado e havia que criar condições para tanto <sup>60</sup>.

O novo projecto passava, assim, pela criação dum seminário em Portugal para formar sacerdotes para a prelazia, sob a sua responsabilidade. Pensava que desse seminário poderia nascer uma congregação missionária, à semelhança da “Sociedade das Missões Estrangeiras de Paris” ou dos “Padres Brancos”, do Cardeal Lavignerie, dois modelos de sociedades missionárias que começaram como seminários destinados à formação de sacerdotes para as Missões.

Já no regresso do Congo, em 1889, havia proposto a transformação do Colégio de Cernache do Bonjardim numa instituição desse género.

É usual dizer-se que foi nesta Conferência de 1889, que proferiu na Sociedade de Geografia de Lisboa que, pela primeira vez, abordou a questão de Cernache, mas já três anos antes, no relatório de 20 de Maio de 1886, escrevera: «*O Colégio das Missões fornece alguns missionários, não há dúvida, cheios de dedicação e espírito de sacrifício (...) Torna-se porém urgentíssimo (...) criar outros institutos (...) Eu não partilho a opinião dos que afirmam que só (as associações religiosas) nos podem dar bons missionários e que o clero secular nada faz, ou nada pode fazer; sei, porém, que a favor delas está a vantagem da associação sobre a individualidade, e a experiência de alguns séculos*» <sup>61</sup>.

Entendia que a formação ministrada naquele Colégio já não correspondia às necessidades dos tempos novos. Sobretudo estava persuadido que os missionários de Cernache, que actuavam sozinhos no campo do apostolado, se estivessem integrados num instituto, teriam garantido o seu futuro na velhice e nas enfermidades e veriam assegurada a continuidade do seu trabalho após a morte, o que lhes traria mais tempo, disponibilidade e motivação.

Na referida conferência da Sociedade de Geografia, falou expressamente na necessidade de se criar uma *congregação*. Foi aí que, ao aperceber-se de que falava perante uma audiência imbuída dum certo dogmatismo liberalista, que poderia ver na sua proposta uma subliminar ofensa à memória de Joaquim António de Aguiar, acrescentou com indiferente ironia: «*Se não soar bem aos nossos ouvidos delicados de meridionais, a palavra Congregação, invente-se outra*» e logo atalhou a

---

<sup>60</sup> Cf. *ibid.*, p. 220-223.

<sup>61</sup> *Trabalhos em África. Missão Portuguesa do Congo* (20/05/1886). In Brásio, A., *op. cit.*, p. 41.

embarços, propondo um termo mais inócuo: “*instituto*”. Criar-se-ia o «*Instituto Geral das Missões Portuguesas*»<sup>62</sup>.

O próprio António Enes, que em novo fora aluno dos Lazaristas e que era bastante crítico em relação aos missionários portugueses, nomeadamente aos de Cernache do Bonjardim, propôs uma profunda reforma na formação dos missionários: «No Colégio de Cernache educam-se padres, mas não missionários...não se aprende a catequizar negros sem nunca ter visto um negro...». Ele mesmo chegou a redigir os estatutos para uma congregação missionária portuguesa: «Congregação das Missões Portuguesas da África Oriental», como informou por carta, D. António, em 17 de Junho de 1893, e que, depois, incluiu no cap. XXI do seu extenso relatório sobre a colónia moçambicana<sup>63</sup>. A presunção de António Enes levou-o até a criar uma Missão, obedecendo a uma determinada estratégia política: a de Sto. António de Macassane, que, por isso, pouco durou.

Os políticos da época não se referiam com grandes encómios à acção dos padres de Cernache. Noutro exemplo, entre muitos, Francisco J. Ferreira do Amaral, governador de Angola – figura influente, que, depois, seria ministro da Marinha, em 1892, e o primeiro presidente do Conselho de Ministros, nomeado por D. Manuel II, em 1908, a seguir ao regicídio – em ofício que dirigiu ao ministro do Ultramar, em quinze de Fevereiro de 1884, escreveu que «os missionários do Colégio das Missões só são hoje um elemento de modo de vida interesseiro e hipócrita, de nenhuma utilidade conhecida». Lamentava que um missionário, «tirado da miséria, educado pelo Governo para o servir 8 anos», pudesse ter mais submissão ao Pontífice que ao padroeiro, e deixava um conselho drástico ao ministro: «se V. Exa. se não previne contra esta invasão, em vez dos missionários serem, como devem, instrumentos dóceis nas mãos do Governo, serão uma seita que será necessário pôr fora por os processos do Marquês de Pombal, ou pelos modernamente empregados pela Revolução Francesa». Apesar desta linguagem truculenta, abre uma excepção para o padre António Barroso e companheiros, que, por aquela altura, trabalhavam afanosamente no Congo: «Mais uma vez aproveito para fazer uma excepção honrosa a favor dos padres que estão no Congo» porque «de resto, só pedem

---

<sup>62</sup> *O Congo: seu passado, presente e futuro*. In Brásio, A., *ibid.*, p. 142.

<sup>63</sup> In Braz, P. S. O., *op. cit.*, p. 70. O Relatório sobre Moçambique, apresentado ao Governo por António Enes, foi publicado pelo Ministério das Colónias, pela primeira vez, em 1893, e reimpresso pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1913.

dinheiro e honras de cónego, com expressa condição de não saírem de Luanda. V. Exa. ajuizará se valem a despesa»<sup>64</sup>.

É notório que os padres de Cernache, por diversos motivos, tinham uma imagem negativa junto dos políticos e de outras classes com poder. D. António, atento, tentava apressar uma solução que fosse do interesse da fragilizada instituição e, simultaneamente, servisse a Igreja de Moçambique.

Entre outros eclesiásticos, também D. Francisco Ferreira da Silva, que foi prelado de Moçambique de 1905 a 1914, advogou a transformação do Colégio de Cernache do Bonjardim, em congregação missionária ou em seminário sob a responsabilidade total da Igreja. A grande fragilidade da instituição advinha-lhe da ambiguidade gerada pela dupla dependência, do governo e da Igreja, como ressalta, com chocante clareza, da linguagem de Ferreira do Amaral, acima transcrita.

D. Francisco afirmou então, num dos seus relatórios, que estava convencido de que se pouparia 50% em dinheiro, e se ganharia mais de 80% em eficácia, se o Colégio de Cernache se transformasse numa congregação religiosa. E chegou a indicar como modelos, seis sociedades missionárias então existentes em França e Itália, entre as quais a Sociedade das Missões Estrangeiras de Paris e a Associação Missionária da Consolata de Turim.

Em 1899, D. António Barroso, já bispo do Porto presidiria a uma comissão nomeada pelo Governo para fazer avançar o projecto da criação de um instituto missionário. Integravam ainda esta comissão o Superior de Cernache, Cónego António José Boavida e D. António Barbosa Leão, então bispo de Angola e Congo. A solução não foi encontrada atempadamente e o Colégio seria extinto em 1911, para ressurgir, restaurado, em 1930, integrado na Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas, criada naquele ano, por Pio XI, como o grande missiólogo António Barroso idealizara<sup>65</sup>.

#### **4.4. A importância das Irmãs missionárias e dos Irmãos leigos**

Na primeira conferência que proferiu na Sociedade de Geografia de Lisboa, o missionário Barroso anotou outra grave falta: a de religiosas.

---

<sup>64</sup> *Ofício do Governador de Angola ao Ministro do Ultramar* (15/02/1884). In Brásio, A., *op. cit.*, p. 440.

<sup>65</sup> Antes, em 1927, o então ministro das Colónias, Comandante João Belo, entregara a casa de Cernache do Bonjardim ao Superior dos Seminários das Missões, a funcionar em Tomar e em Cucujães, D. Teotónio Vieira de Castro.

Recordou então que abrira em S. Salvador do Congo uma escola para raparigas indígenas e que a afluência às aulas superara todas as expectativas, mas sentira não ser possível ir mais além, em termos de promoção humana, sem o apoio das religiosas. Referindo-se à falta do elemento feminino na educação da mulher indígena, afirmou: «*É indispensável uma Congregação de Irmãs educadoras. Sem elas, os resultados dos missionários serão sempre muito efémeros, pouco sólidos e não atacam o mal na sua origem*»<sup>66</sup>. Entendia que, por mais zelo que o missionário empregasse na educação da mulher africana, nunca conseguiria o que consegue a irmã educadora.

Com o apoio das religiosas missionárias, Moçambique conheceu as primeiras escolas femininas da sua história. «*As Irmãs de S. José de Cluny ministram uma instrução sólida e variada*», escreveu<sup>67</sup>. Era a cargo desta congregação religiosa que estava o Instituto D. Amélia, o primeiro colégio feminino que se construiu em Moçambique, criado por D. António, quando da sua primeira visita a Lourenço Marques, em 1892. E, em carta que dirigiu ao Núncio Apostólico, em 24 de Fevereiro de 1893, D. António escreveu que o Instituto Leão XIII, então em construção, ficaria também a cargo destas Irmãs.

O Pe. Sebastião d'Oliveira Braz faz referência a este Instituto «onde, a par d'uma solida educação, as creanças europeias do sexo feminino recebiam o ensino de bordados, linguas, pintura e musica»<sup>68</sup>. Este Instituto, bem como o Instituto Leão XIII, que criou na Cabaceira, em frente à Ilha, eram a concretização dum sonho, para D. António.

O mencionado Pe. Sebastião, seu secretário, conhecedor, *in loco*, da situação, escreveu, sobre o instituto da Cabaceira: «No elevado intuito de impedir, tanto quanto possível, que as creancitas pretas do sexo feminino, que enxameiam na cidade de Moçambique, cahissem irremediavelmente no tremedal do vicio, aproveitando o ensejo que se lhe deparava favoravel na commemoração do quinquagesimo anniversario da sagração episcopal do inolvidavel Pontifice Leão XIII, a que a Prelazia moçambicense, por

---

<sup>66</sup> *O Congo: seu passado, presente e futuro*. In Brásio, A., *op. cit.*, p. 145-146.

<sup>67</sup> *Padroado de Portugal em África: relatório da prelazia de Moçambique de Moçambique*. In Brásio, A., *ibid.*, p. 229. Em officio ao ministro do Ultramar, de 21 de Janeiro de 1896, refere-se à importância do ensino feminino, em Moçambique. Quando ali chegou, «na vasta extensão da Província de Moçambique, não existia uma única casa de educação feminina, quer para os que podem pagar a instrução, quer para os que não dispõem de recursos». In Brásio, A., *ibid.*, p. 593.

<sup>68</sup> Cf. Braz, P. S. O., *op. cit.* p. 41.

convite seu, se associou, pôde crear, mediante uma collecta feita nas paróchias e missões e outros donativos arrancados á generosidade dos fieis pelo insinuante e caritativo Bispo, o Instituto a que deu o nome do immortal Pontifice, e estabeleceu-o na Cabaceira Grande, povoação fronteira á cidade de Moçambique»<sup>69</sup>.

Entendia também que as missões precisavam dum outro elemento novo: o irmão leigo, lavrador ou artista, para ensinar princípios básicos de agricultura aos camponeses ou para preparar artífices em ramos diversos. Estes irmãos leigos não deveriam formar um corpo à parte, mas viveriam em equipa com os padres, integrados numa congregação missionária, com o seu futuro garantido como o missionário presbítero. Foi assim que, chegado ao Congo, instaurou o regime de comunidades de padres e auxiliares, experiência que, anos depois, levaria consigo para Moçambique, ajudando-o a resolver problemas graves de disciplina e de conduta moral que ali foi encontrar entre o clero.

«Com três padres e três irmãos leigos podem fundar-se em África missões modelos», escreveu<sup>70</sup>.

#### 4.5. A valorização da vida comunitária

Em seis de Julho de 1897, o Núncio Apostólico em Lisboa, em carta que dirigiu ao Secretário de Estado, em Roma, refere-se ao então bispo de Himéria, como «muito amigo das Ordens Religiosas e particularmente dos Padres da Companhia», com quem convivera muito de perto em Moçambique, onde os Jesuítas tinham três missões exemplares<sup>71</sup>.

De facto, tinha em muito boa consideração as ordens religiosas, portuguesas ou estrangeiras. Numa carta que dirigiu ao mesmo Núncio, datada de Meliapor, a 16 de Junho de 1898, relatando encontros que, na passagem por Roma, tivera com o Secretário da Propaganda Fide, M. Cabani, disse ter assumido a defesa dos esforços do Governo a favor dos missionários não portugueses, como os do Espírito Santo, porque vinham prestando bons serviços.

Não perdia oportunidade de conviver com as diversas congregações e ordens religiosas missionárias, e com todas tentava aprender. Na viagem que teve de efectuar a Goa, em 1894, fez questão de parar em Dar-es-Salam, para

---

<sup>69</sup> Cf. *ibid.*

<sup>70</sup> *O Congo: seu passado, presente e futuro*. Cf. Brásio, A., *op. cit.*, p. 147.

<sup>71</sup> Cf. Azevedo, C. M. A., *op. cit.*, p. 400.

visitar os beneditinos e as suas obras de caridade e de ensino, e, em Zanzibar, efectuou uma visita à congregação do Espírito Santo, para ver de perto o trabalho que estes missionários ali vinham desenvolvendo no campo da assistência.

Entendia que o tipo de missionário saído do Colégio das Missões de Cernache do Bonjardim, não se afigurava o mais adequado às exigências das missões do Ultramar Português. Não havia coordenação no trabalho desenvolvido pelos missionários, faltava entretajuda e, sobretudo, sentia-se necessidade de uma retaguarda de apoio que assegurasse a continuidade do trabalho que cada um vinha desenvolvendo. Havia que garantir uma velhice digna por forma a que cada um pudesse empenhar a vida na missão e não se limitasse a cumprir o serviço mínimo obrigatório de 6 ou 8 anos de Ultramar. O modelo de Cernache privilegiava o individual e o particular, e, para melhorar os resultados da actividade missionária, havia que privilegiar o colectivo e o comunitário.

O seu secretário, depois biógrafo, Sebastião d'Oliveira Braz, escreveu que, à chegada à Prelazia, «sujeitou o clero da cidade a um viver de quasi comunidade».

Foi por conhecer, por dentro, o valor da vida em comunidade, que acabou por apresentar uma proposta que viria, mais tarde, a revolucionar o universo missionário português: a criação de uma Congregação ou um Instituto Missionário. Ficou lançada a semente. A ideia seria amadurecida, como se escreveu, e daria origem à Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas, actual Sociedade Missionária da Boa Nova, fundada em 3 de Outubro de 1930 pelo Papa Pio XI, por proposta do Episcopado Português.

Um valor fundamental numa vida comunitária, é o desprendimento dos bens materiais individuais. J. da G. Correia e Lança, que foi Secretário-Geral de Moçambique, assim testemunhou: «D'uma abnegação absoluta e d'um desprezo profundo pelas commodidades mundanas, sacrificava até os propios recursos pessoas a favor dos seus cathechisandos, em benefício do povo (...)»<sup>72</sup>.

Um exemplo notável deste desprendimento, que ficou registado na memória do povo portuense, foi a decisão de partir aos bocadinhos, com um alicate, o cordão que a sua mãe, lavradeira minhota, lhe oferecera quando foi sagrado bispo. À falta de dinheiro, foi-o repartindo pelos pobres. Outro

---

<sup>72</sup> Apud Braz, P. S. O., *op. cit.* p. 29.

exemplo, entre muitos, foi a doação à catedral de Meliapor, do cálice de prata que Leão XIII lhe oferecera, e que tanto estimava.

«*Nasci pobre, rico não vivi, e pobre quero morrer*»<sup>73</sup>. Pertencia à “Venerável Irmandade dos Clérigos Pobres”.

#### 4.6. O ensino e a formação da juventude

Desde a sua chegada a África, o missionário Barroso cuidou da instrução e da promoção humana dos jovens, como assuntos prioritários. Assumiu o ensino como uma base para a sua acção evangelizadora: «*Devendo ser dos primeiros cuidados duma missão religiosa, a instrução popular, tratámos logo de obter uma casa adequada para tal fim*». Como já referimos, nos anos que trabalhou no Congo nunca juntou um tostão, porque aplicava a cõngrua que recebia no apoio a alunos carenciados.

Mais tarde, em ofício que dirigiu de Moçambique ao ministro do Ultramar, em Lisboa, escreveu: «*É um facto sabido de todos, que entre as Colónias sujeitas à Coroa Portuguesa, Moçambique é a menos favorecida no importante ramo de instrução e educação.*

*Em toda esta vastíssima Província não existe um único instituto de educação, que mereça tal nome, para o sexo feminino, quer para indígenas, quer para europeias ou mestiças.*

*Em vista da carência absoluta de instituições desta ordem, foi um dos meus primeiros cuidados estabelecer uma Casa de Caridade e Beneficência, para as filhas desta Província poderem, sem terem de se expatriarem, adquirir uma educação sólida e profícua*»<sup>74</sup>.

As primeiras escolas que se criaram em Moçambique são, de facto, da iniciativa de D. António Barroso. Em Julho de 1893, inaugurou o Instituto de Ensino Rainha D. Amélia, em Lourenço Marques, onde, como escreveu e já referimos, «*as Irmãs de S. José de Cluny ministram uma instrução sólida e variada a todas as crianças daquela cidade que dela se quiserem aproveitar*». Dois anos depois, inaugurou o Instituto Leão XIII, na Cabaceira Grande, junto à Ilha, como, a propósito, informou o Ministro do Ultramar, por ofício datado de Lisboa, em 21 de Janeiro de 1896: «*No dia*

---

<sup>73</sup> Palavras do testamento de D. António José de Sousa Barroso, bispo do Porto, lavrado a 19 de Fevereiro de 1917.

<sup>74</sup> *Ofício de D. António Barroso ao Ministro do Ultramar (02/05/1893)*. In Brásio, A., *op. cit.*, p. 553.

*18 de Agosto do ano pretérito tive a satisfação de inaugurar na Cabaceira Grande, no continente fronteiro à Ilha de Moçambique, o Instituto Leão XIII destinado à educação de crianças do sexo feminino». E o educador pioneiro recorda que «Na vasta extensão da Província de Moçambique não existia uma única casa de educação feminina, quer para os que podem pagar a instrução quer para os que não dispõem de recursos»<sup>75</sup>.*

Escrevia, em ofício datado de 1 de Fevereiro de 1893: *«É meu desejo que haja no novo colégio um número de lugares o mais largo que se possa, destinado a orfãs de pai e mãe, ou só dum dêles; outro para raparigas pretas e um terceiro para pensionistas»*<sup>76</sup>. E, no mencionado ofício ao Ministro do Ultramar, de 21 de Janeiro de 1896, cinco meses após a inauguração: *«Há um grande número para a classe das crianças gratuitas, isto é, orfãs, abandonadas e pobres. O Instituto tem actualmente quinze (15), mas esse número deve ser elevado e muito, para que os benefícios da educação se estendam ao maior número possível»*<sup>77</sup>. Com esta iniciativa desejava comemorar o jubileu sacerdotal de Leão XIII, o Papa das questões sociais, que tanto admirava.

Pretendeu criar colégios semelhantes noutros locais da Província. *«Com pequeno dispêndio poder-se-iam multiplicar os institutos desta ordem»*, escreveu, e com este intuito apresentou propostas<sup>78</sup>, mas, em 1895, queixava-se: *«Não recebi até hoje resposta alguma»*<sup>79</sup>.

Dava também grande importância ao ensino e à prática da agricultura. Escreveu, a propósito: *«O primeiro cuidado das missões deve ser a agricultura; nunca será próspera uma missão que tenha de importar tudo o que consome. Disto tira logo três resultados capitais: aliviar as despesas, ensinar os hábitos de trabalho ao indígena, introduzir novas culturas e processos no país, que em pouco tempo serão seguidos pelo indígena, que é suficientemente observador, para tirar os corolários lógicos destas inovações»*<sup>80</sup>.

<sup>75</sup> Ofício de D. António Barroso ao Ministro do Ultramar (21/01/1896). In Brásio, A., *op. cit.*, p. 593.

<sup>76</sup> In Cunha, A., *op. cit.*, p. 158.

<sup>77</sup> Ofício de D. António Barroso ao Ministro do Ultramar (21/01/1896). In Brásio, A., *op. cit.*, p. 593.

<sup>78</sup> Ofício de D. António Barroso ao Ministro do Ultramar (15/09/1893), In Brásio, A., *op. cit.*, p. 567-568.

<sup>79</sup> In Cunha, A., *op. cit.*, p. 158.

<sup>80</sup> *O Congo: seu passado, presente e futuro*. In Brásio, A., *op. cit.*, p. 147.

Defendia que o meio mais adequado à formação dos rapazes africanos era «o internato bem dirigido». «Ao lado da missão religiosa e da escola para rapazes, deve haver a escola para raparigas: não sendo assim, nós andamos a civilizar meia humanidade, mas escapa-se-nos a outra meia, quiçá a mais importante, pelo predomínio que tem na formação dos costumes”. E aconselhava: «Criemos junto de cada internato de rapazes dirigido pelos missionários, o internato para raparigas, dirigido pelas Irmãs educadoras»<sup>81</sup>.

Esta preocupação com a escola e com o ensino doméstico da rapariga, é admirável para um missionário oriundo dum país onde mais de noventa por cento da população feminina era analfabeta.

Como escreve o Pe. Brásio com algum humor, o missionário Barroso não pretendia fazer do Congo do séc. XIX uma sociedade de “calcinhas”, de sujeitos engomados e passados a ferro, ótimos para as estatísticas internacionais. Lutou pela formação de homens e mulheres capazes de se integrarem na realidade social e de colaborarem na sua transformação.

Revelando um profundo sentido de Igreja, a sua primeira preocupação foi sempre a população local. E este esforço por proporcionar instrução ao homem africano ia contra a política e a prática corrente do governo, como já observámos: «É muito fácil afirmar que o preto é rebelde à instrução e ao trabalho, é um estribilho banal que à força de repetido parece um axioma, e é uma falsidade, mas é um pouco mais difícil criar-lhe escolas que justifiquem merecer tal nome, e instituições de ensino adequado ao seu desenvolvimento e modo de ser actual»<sup>82</sup>.

Esta atenção ao ensino e à formação constituiu uma preocupação permanente, a diversos níveis. Quando bispo de Moçambique, tratou de mandar um dos seus padres estudar na Universidade Urbaniana da Propaganda Fide, por entender que era importante para a diocese dispor de um doutor em ciências eclesíásticas.

Anos depois, chegado a Meliapor, deu muita importância à instrução da juventude e à formação do clero, cuidando de organizar uma biblioteca no seminário e introduzindo no plano de estudos, uma cadeira de introdução à filosofia. «Reformou o curso preparatório do seminário diocesano, ampliando e dando maior desenvolvimento aos estudos philosophicos, como base fundamental do curso theologico, ao qual acrescentou mais um

---

<sup>81</sup> In *ibid.*, p. 146.

<sup>82</sup> *Padroado de Portugal em África: relatório da prelaia de Moçambique de Moçambique*. In Brásio, A., *op. cit.*, p. 227.

anno»<sup>83</sup>, como já se referiu, a propósito da sua passagem pela Índia. Criou a escola de Punicail e mandou construir alguns edifícios em Nazapatam, para escolas.

Mais tarde, um dos seus primeiros actos como bispo do Porto, foi criar no seminário diocesano uma cadeira de ciências naturais<sup>84</sup>, área de conhecimentos a que muito recorrera em África. Sobre a importância da formação dos seminaristas, afirmou na cerimónia da abertura do ano escolar no Seminário do Porto, em Outubro de 1900: «*Para que a (...) Igreja se faça sentir em toda a parte, para que ela se infiltre em todos os povos, em todas as latitudes, e até em todas as classes sociais, é necessário que haja ministros dignos, obreiros destros (...); é indispensável preparar soldados bem disciplinados*»<sup>85</sup>.

#### 4.7. O respeito pelo homem africano

Transparece dos seus relatórios uma grande preocupação pelas populações nativas. Homem do povo, oriundo dum estrato social indefeso, mostrou sempre grande atenção pelos problemas do homem africano<sup>86</sup>.

Ainda no início da sua carreira missionária no Congo, analisando as causas da derrocada das antigas missões, afirmou que a escravatura foi uma das razões principais daquele desaire. Entendia que não era possível aos africanos acreditarem na mensagem de europeus que, no dia seguinte, os arrebanhavam como escravos. Na célebre conferência que proferiu na Sociedade de Geografia de Lisboa, depois de oito anos de trabalho nas missões do Congo, afirmou: «*O preto é, por índole, paciente, chegando muitas vezes a revoltar-nos as humilhações a que é capaz de sujeitar-se; como ainda mais nos revolta o nenhum sentimento generoso que anima o europeu que lhas inflige*»<sup>87</sup>.

Alguns anos mais tarde, já em Moçambique, na última viagem que efectuou ao interior do território, em Junho de 1895, teve conhecimento,

---

<sup>83</sup> Cf. Braz, P. S. O., *op. cit.*, p. 74.

<sup>84</sup> Provisão de 20 de Setembro de 1899.

<sup>85</sup> In Pinto, A. F., *op. cit.*, p. 22.

<sup>86</sup> No tempo histórico em que actuou, o sistema de colonização visava converter o africano em português. Embora tivesse revelado, em todas as circunstâncias, grande dedicação e respeito pelos africanos, nas referências que lhes faz, usa, naturalmente, a linguagem corrente no seu tempo, e que hoje, mais de um século depois, pode parecer estranha.

<sup>87</sup> *O Congo: seu passado, presente e futuro*. In Brásio, A., *op. cit.*, p. 129.

como então referimos, do comércio de escravos que os árabes faziam para Zanzibar, e denunciou tais práticas escravagistas.

Dois anos antes, na sua segunda viagem a Lourenço Marques, em observação que então anotou no diário, lamentava a exiguidade de salário que recebia o trabalhador preto.

Muitas das notas que tomou nas suas viagens para o interior, exprimem inquietações semelhantes. Registou com mágoa os desregramentos e a desordem que observou no vale do Zambeze, e que enlodavam a vida social. Lamentou ver negros brutalizados, explorados até à crueldade pelos arrendatários a quem, por incompetência ou falta de meios, por vezes as autoridades militares portuguesas se subalternizavam. Escreveu que «muzungos e capitães-mores devoravam como cancros o país»<sup>88</sup> rico de recursos mas mal administrado. Criticou as «guerras ruinosas e quase sempre injustas» dos capitães-mores europeus. E escreveu, com indignação: «Esta Zambézia tem sido um pinhal da Azambuja, um covil de crimes que nos deshonram. É preciso terminar esta guerra e para isso pegar em muita gente que por aqui anda e pô-la em Timor. (...) Nestas coisas o preto é, em geral, quem paga as despesas e são os muzungos que recolhem os proveitos»<sup>89</sup>.

Ficou, de facto, muito preocupado com o que viu e ouviu na Zambézia, como registou o seu secretário e, depois, biógrafo: «As sublevações dos pobres indigenas, provocadas quasi sempre pelos desmandos e incapacidade dos commandantes militares, obrigando a grandes despesas com expedições para as castigar e reprimir, poderiam evitar-se com dispendio muito menor, fundando e dotando missões religiosas (...). Nunca a violencia foi meio adequado a consolidar o reconhecimento perduravel d'uma soberania; e, por isso, os processos de colonisação, por nós adoptados, amarguravam sobremaneira a alma do bondoso prelado pela sorte do pobre preto, sempre victima da crueldade dos Capitães-móres e Mozungos e do abandono moral e material a que tem sido votado pela mãe patria»<sup>90</sup>.

D. António acreditava nas capacidades do homem africano, e, a este propósito, escreveu: «Sei que há muito quem negue à raça preta a faculdade de se levantar da sua degradação actual, declarando-a incivilizável; na minha opinião, nada há mais falso do que este juízo; o preto é hábil como os brancos, e eu poderia citar muitos exemplos para comprovar o

---

<sup>88</sup> In Cunha, A., *op. cit.*, p. 143.

<sup>89</sup> In *ibid.*, p. 121-122.

<sup>90</sup> Cf. Braz, P. S. O., *op. cit.*, p. 66.

*que avanço. Todo o mal nasce do meio social em que vive. Se me derem vinte crianças pretas e vinte brancas para eu educar, segregadas umas e outras de todo o contacto externo à missão, eu prometo fazer dos pretos homens tão aptos, tão laboriosos e enfim tão honrados como os brancos»*<sup>91</sup>. E acrescentou, a propósito: «*O preto pequeno, nem é destituído de inteligência, nem é desobediente e perverso; pelo contrário, é dotado de boas qualidades, que brevemente perde, atendendo às circunstâncias em que vive*». Insurgia-se contra a ideia feita e muito cómoda para muitos governantes de que o preto é rebelde à instrução e ao trabalho. Considerava tratar-se dum estribilho, duma falsidade, como acima citámos: «*É muito fácil afirmar que o preto é rebelde à instrução e ao trabalho, é um estribilho banal que à força de repetido parece um axioma, e é uma falsidade, mas é um pouco mais difícil criar-lhe escolas que justifiquem merecer tal nome, e instituições de ensino adequado ao seu desenvolvimento e modo de ser actual. Enquanto a experiência se não fizer, eu pela minha parte, continuarei a acreditar que o preto é muito susceptível de aprender e de trabalhar, contanto que lhe facultem meios eficazes*»<sup>92</sup>.

A preocupação pelo homem africano é bem patente também no enorme interesse que revelou pela etnografia africana. Um assunto a merecer estudo aprofundado.

#### **4.8. O civismo e as relações humanas**

Dando provas de grande civismo, o missionário Barroso tratava a todos com imenso respeito, independentemente da raça, da nacionalidade ou da posição social.

Afirmando por diversas formas que não bastava salvar almas, e que a preocupação básica do missionário devia ser cuidar do homem, acabou por criar uma mentalidade nova, junto do povo: «Com uma orientação lucida do estado actual da civilização, e com o criterio scientifico de que não basta salvar almas, mas que é preciso formar o cidadão, o Padre Barroso deu exemplos d'um civismo incontestavel», testemunhou J. da G. Correia e Lança, Secretário-Geral da Província de Moçambique<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> *Trabalhos em África. Missão Portuguesa do Congo (20/05/1886)*. In Brásio, A., *op. cit.*, p. 40.

<sup>92</sup> *Padroado de Portugal em África: relatório da prelazia de Moçambique de Moçambique*. In Brásio, A., *op. cit.*, p. 227.

<sup>93</sup> Apud Braz, P. S. O., *op. cit.*, p. 29.

Prova do civismo com que viveu e da lisura que incutiu nas relações, é que nas casas comerciais onde os indígenas levavam a vender os seus produtos, para se fazerem acreditar, juravam pelo Santíssimo Sacramento e pelo Padre Barroso. Muitas décadas mais tarde, por corruptela da linguagem, jurava-se «pelo sacramento Padre Barroso».

Uma confirmação de que esta imagem de honradez e de lisura que tentou imprimir nas relações entre os homens, perdurou e se alargou à sociedade angolana, é a nota/moeda de 10 angolares, com a sua efígie, posta a circular em Angola, em 1947.

Homem de trato fácil e de boas relações, sempre teve bons colaboradores. Durante os anos em que se manteve à frente da prelazia moçambicana, os jesuítas que ali haviam chegado uma década antes e alguns missionários de Cernache do Bonjardim, seus colegas, foram seus colaboradores preciosos. Um terceiro grupo, talvez menos bem preparado, era constituído por padres indianos de Goa. Com todos manteve uma boa relação, a todos elogiava e contava com todos na luta contra «o *desleixo acumulado durante séculos*». Apreciava também muito o trabalho das Irmãs de S. José de Cluny a quem tratava por Irmãs da Missão.

A propósito destes seus colaboradores escreveu ao ministro do Ultramar, em 1893: «*Tenho bons missionários nos padres de Cernache, nos da Companhia de Jesus, e até (sic) nos provenientes da diocese de Goa. Se V. Ex.cia se dignar mandar mais pessoal eclesiástico e as Irmãs da Missão, para a educação das raparigas europeias ou indígenas, e as Hospitaleiras para o serviço dos enfermos, parece-me poder afirmar a V. Ex.cia que esta Prelazia ressurgirá em pouco tempo do seu túmulo e que redimiremos em poucos anos o desleixo acumulado durante séculos*»<sup>94</sup>. Os seus colaboradores sabiam que, apesar das boas relações que cultivava, era exigente. Com ele, as coisas tinham de mudar. Estava determinado a reformar hábitos e mentalidades.

Sabia também acolher: «*Tenho sempre a maior alegria em recolher na minha casa todos os padres, quer venham doentes ou em serviço, do interior ou dos portos quer da Índia ou de Lisboa*», escreveu em Moçambique<sup>95</sup>.

Sempre procurou fomentar o bom relacionamento entre os que com ele colaboravam, conquistando a simpatia de todos. Foi assim que, para

---

<sup>94</sup> *Ofício de D. António Barroso ao Ministro do Ultramar (01/05/1893)*. In Brásio, A., *op. cit.*, p. 551.

<sup>95</sup> *Padroado de Portugal em África: relatório da prelazia de Moçambique de Moçambique*. In Brásio, A., *op. cit.*, p. 202.

evitar atritos, quando soube que não regressaria à prelazia, cuidou de pedir a transferência para a Guiné de dois sacerdotes que estavam causando incómodos, e que poderiam vir a trazer problemas ao seu sucessor.

Homem de coração dócil, nas palavras do Núncio Apostólico em Lisboa, ao longo da vida acabou, naturalmente, por receber pequenas lembranças e diversos gestos de apreço. Os presentes que mais o sensibilizaram terão sido dois que recebeu em Roma, na sua passagem para a Índia, como, em carta de 14 de Abril de 1898, escreveu ao Núncio Apostólico em Lisboa: «*Vim (de Turim) muito sensibilizado (...) porque o D. Rua me quis presentear com uma bela caixa de rapé, que serviu durante bastante tempo ao venerável sacerdote D. Bosco. E já que falamos em presentes e em contentamento, direi a Vexa. que o Santo Padre me ofereceu um belo cálice, que eu muito e muito estimo, por vir de tão alto*».

O seu civismo e a simpatia com que, no dia a dia, lidava com as pessoas, granjearam-lhe grandes amizades. Testemunhando a estima que por ele nutria, António Enes, em 4 de Maio de 1895 convidou-o a passar com ele uns dias de descanso na sua residência da Ponta Vermelha: «*Meu Exmo. Amigo – Os meus trabalhos e especialmente a guerra inibem-me de ir a Moçambique, o que sinto, principalmente por me privar da sua companhia, que tanto tenho desejado. Dizem-me, porém, que V.Exa. tenciona vir aqui; se assim é, peço-lhe que apresse a realização do seu projecto e venha passar alguns dias commigo n'esta pacata residencia da Ponta Vermelha*»<sup>96</sup>. O convite amável do autor de “Os Lazaristas” não pôde ser aceite, devido ao regresso de D. António a Portugal, por razões de saúde.

Sempre foi um cavalheiro nas suas relações. Na visita que fez à Niassalândia britânica, no prolongamento da ida ao Zumbo, conquistou todas as autoridades inglesas com quem contactou, não sendo ele propriamente um admirador dos métodos de trabalho daqueles.

Era claramente um homem novo este missionário que, quando jovem, mais ou menos conscientemente, pertencera à *geração de 70*. Era um homem de espírito aberto à diferença. Dizia-se português dos quatro costados, mas, num tempo em que alguns políticos e escritores defendiam uma visão estreita do portuguesismo e do regalismo do Padroado, contrapondo-o à acção da Propaganda Fide, tomou a iniciativa de enviar um dos seus missionários de Cernache do Bonjardim para a Universidade Urbana da Propaganda Fide, em Roma.

---

<sup>96</sup> Apud Braz, P. S. O., *op. cit.*, p. 68-69.

Disponível para todos, em termos pastorais e de trabalho, era selectivo na escolha das suas amizades, não as procurando na sacristia. Em carta ao Núncio Apostólico da Santa Sé em Lisboa, referindo-se à morte do Conselheiro Henrique de Barros Gomes, escreveu: «*Perdi o meu melhor amigo*». E foi também para fazer um favor a este seu amigo e a um outro, dos tempos da juventude, D. Henrique Reed da Silva, que, como expusemos, aceitou a nomeação para Meliapor. Por este último, deu a face, até ao limite.

No regresso de Meliapor, nomeado bispo do Porto, seguiu para esta cidade, em 2 de Agosto de 1899, no “comboio correio”, numa viagem que acabou por ser apoteótica. Para companhia, escolheu dois leigos, um militar e um jornalista, seus particulares amigos <sup>97</sup>.

D. António era um homem moderno e diferente. Mais tarde, os republicanos que se consideravam donos da modernidade, tentaram controlá-lo. Em vão.

---

<sup>97</sup> O tenente-coronel de engenharia, conselheiro Fernando de Sousa, e o redactor do *Reporter*, J. Petra Viana.